UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Comissão Teotônio Vilela (CTV): direitos humanos e vocação militante

Fábio Silva Tsunoda

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Comissão Teotônio Vilela (CTV): direitos humanos e vocação militante

VERSÃO CORRIGIDA

Fábio Silva Tsunoda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Sérgio França Adorno de Abreu

São Paulo

2012

Aos meus pais, pelo apoio incondicional;

À Mariana, pelo carinho irrestrito.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao professor Sérgio Adorno, professor e orientador, que gentilmente me recebeu enquanto orientando no momento em que eu chegava a São Paulo para buscar uma vaga no mestrado em sociologia. Seu rigor intelectual, capacidade científica e experiência tornaram a elaboração desta dissertação mais árdua, mas igualmente mais estimulante. Também devo a ele agradecimentos pelas exaustivas correções que fez na dissertação, inclusive sobre os erros de português.

Neste momento, também não posso deixar de agradecer ao professor Luís Antônio Francisco de Souza da UNESP/Marília. O Luís foi o grande estimulador desse trabalho, quando ainda estava sendo germinado um projeto de iniciação científica.

Devo, ainda, um agradecimento a todos os professores que estiveram presentes nas diferentes etapas do mestrado, seja nas discussões em sala de aula ou até mesmo em reuniões para discutir possíveis ideias de trabalho. Em especial, agradeço à professora Maria Helena Oliva Augusto, que, além de comentários feitos durante o exame de qualificação, também foi minha professora na disciplina de Análise de Projetos. Sua vasta experiência intelectual foi decisiva para o aperfeiçoamento do projeto inicial.

Além da professora Maria Helena, também estive presente no exame de qualificação a professora Rossana Rocha Reis, cujos comentários foram esclarecedores acerca dos passos a seguir para a elaboração do texto final da dissertação.

Também agradeço aos colegas com quem frequentei aulas, participei de discussões e que me acompanharam nos bares.

Por fim, agradeço ao professor Antônio Flávio Pierucci (*in memoriam*), pois me ensinou a ler.

RESUMO

O presente trabalho é uma investigação sobre o processo de profissionalização da defesa em direitos humanos no Brasil, considerado a partir do estudo de caso da Comissão Teotônio Vilela (CTV). Fundada em 1983, em meio à transição democrática, a CTV inicialmente trabalhou com a defesa dos direitos de presos comuns e, conforme o processo de consolidação democrática avançava, sua agenda de reivindicações foi alterada. Paralelamente, a trajetória dos seus membros também é analisada a fim de mostrar como eles se trabalharam individualmente para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com os membros fundadores da CTV, bem como nos arquivos da entidade sediada no Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), levando-se em conta os seus relatórios, relatos de visitas, recortes de jornais e processos elaborados a fim de buscar alguma reivindicação. Os resultados sugerem que a defesa dos direitos humanos no Brasil foi perpassada por dois aspectos, a saber: o aumento da participação no Estado e em governos e também no processo de internacionalização das reivindicações.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Comissão Teotônio Vilela; lutas sociais; profissionalização dos direitos humanos; Democracia

ABSTRACT

The present work is an investigation about the process of professionalization of human rights defense in Brazil, considered through the case study of Comissão Teotônio Vilela (CTV). Founded in 1983, during the democratic transition, CTV started its work with the defense of regular prisoners and, with the democratic consolidation advancement, its claim agenda was either changed. In parallel, the trajectory of its members is also analyzed to show how they worked individually for the promotion and protection of human rights in Brazil. The research was conducted through interviews with founding members of the CTV, as well as the archives of the entity based at Center for the Study of Violence (NEV / USP), taking into account their reports, reports of visits, newspaper clippings and processes designed to seek some claim. The results suggest that the defense of human rights in Brazil was pervaded by two aspects, namely: increasing participation in state and governments and also in the internationalization process of claims.

Keywords: Human Rights; Comissão Teotônio Vilela; social struggles; professionalization of human rights; Democracy

SUMÁRIO

Introdução, p. 8

Parte 1: Direitos humanos na sociedade moderna, p. 18

1.1. Declarações e rupturas: primeiros passos do regime internacional de direitos humanos, p. 18

1.2. Direitos humanos e América Latina, p. 24

2. Direitos humanos e transição democrática no Brasil, p. 28

Parte 2: Comissão Teotônio Vilela (CTV): introdução ao estudo de caso, p. 41

3. O contexto histórico, p. 41

4. Os membros fundadores, p. 47

5. Os casos acompanhados, p. 60

6. A rede de direitos humanos, p. 71

Parte 3: Direitos humanos e vocação militante, p. 91

7. Os condicionantes da ação, p. 91

8. A perspectiva de direitos humanos, p. 96

Considerações finais, p. 105

Referências bibliográficas, p. 107

INTRODUÇÃO

As explicações disponíveis acerca da promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil avançam por muitos caminhos, em especial aquela que trata do papel da sociedade civil nesse processo. Em geral, elas localizam a origem dessas mobilizações nas lutas desenvolvidas durante a ditadura militar (1964-85), quando a agenda de reivindicações estava focada nos presos políticos, desaparecimentos forçados, torturas, repressão e censura. São lutas iniciadas no contexto em que as liberdades democráticas estavam cerceadas diante de um governo cada vez mais centralizador e fechado para a comunicação com a sociedade civil.

Muitos trabalhos entendem a emergência do discurso dos direitos humanos a partir de uma alteração das táticas da esquerda revolucionária, que paulatinamente adotaram a ideia da democracia como forma de subjugar o governo militar (OLIVEIRA, 1995; RIDENTI, 1993 e 2004). Há também aqueles que, como Moraes (2006) e Abreu (2005), buscam a explicação por meio da articulação feita por profissionais da imprensa e da formação de uma opinião pública nesse sentido. O papel da Igreja Católica também merece destaque, seja pela formação de uma rede de defensores de direitos humanos tendo a Arquidiocese de São Paulo como foco irradiador (BENEVIDES, 2009), ou nas lutas desenvolvidas na América Latina pelos militantes da Teologia da Libertação (AMARAL, 2010; ESTEVEZ, 2012).

O fato é que, para ambos os casos, a ideia de direitos humanos surgiu como resultado de uma agenda já existente, e que foi ganhando forma de acordo com cada contexto social e político. E, conforme tais ideias foram crescendo, novas concepções foram aglutinadas à de direitos humanos, a exemplo da democracia e cidadania. A remoção do entulho autoritário e a consolidação democrática dependiam, para muitos

autores, da incorporação dos direitos humanos nas instituições estatais, a exemplo da polícia. Adicionalmente, também foi corrente a ideia de que o processo de democratização política seria acompanhado da democratização social, fato que, passados mais de 40 anos do fim da ditadura militar, ainda parece estar longe de ser atingido (PINHEIRO, 1999 e 2000).

Assim, novas lutas por direitos humanos surgiram já durante o processo de transição democrática e continuam a se propagar nos dias atuais, sempre incorporando novas demandas de uma sociedade complexa.

As mudanças pelas quais passaram as organizações da sociedade civil no sentido de aumentar a capacidade do Estado em promover, proteger e monitorar os direitos humanos são os pontos pelos quais a presente dissertação procura contribuir. Iniciada em 2009 na condição de pesquisa de iniciação científica, a pesquisa foi desenvolvida para compreender a emergência dos movimentos sociais de direitos humanos, tomando como estudo de caso da Comissão Teotônio Vilela¹. A proposta inicial de trabalho foi entender a formação de uma esfera pública em torno dos direitos humanos, que articulasse uma rede de defensores criada durante a ditadura militar e que se desenvolveu no cenário da Nova República.

Agora, no âmbito da dissertação, alguns objetivos foram alterados a fim de conceder maior precisão analítica à investigação. Com o regime democrático, o Estado brasileiro foi paulatinamente reduzindo as resistências no que diz respeito à atuação dos defensores de direitos humanos, seja na assessoria em políticas públicas, participação em cargos comissionados ou órgãos da administração pública, e isso facilitou que a relação entre o Estado e a sociedade civil se tornasse mais estreita.

¹ Na ocasião, fui orientado pelo professor Luís Antônio Francisco de Souza, durante a graduação em ciências sociais na UNESP/Marília.

No caso da CTV, podemos perceber um progressivo grau de aprofundamento de seus membros em questões governamentais e de Estado, o que os levou a participar de ministérios, secretarias estaduais e municipais e agências governamentais. Essa inserção nos aparelhos burocráticos do Estado, a fim de aumentar a eficiência das políticas de direitos humanos no país, reflete um processo que estou chamando de profissionalização da militância em direitos humanos.

Se considerarmos esse um processo de longo prazo, percebemos que a demanda de capacidade técnica aumenta juntamente com o grau de especialização exigido para participar desse processo no âmbito da cúpula governamental. Por outro lado, o quadro argumentativo em torno da profissionalização dos direitos humanos é complementado pelo aumento da internacionalização das reivindicações e lutas sociais, a partir das denúncias realizadas junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O grau de especialização exigido para que sejam cumpridas todas etapas de um processo na CIDH é um aspecto decisivo para que imaginemos a dedicação que uma pessoa deve ter para com o aprendizado nessas matérias. A partir da década de 1990, diversas ONGs de direitos humanos passaram a se articular em rede e aumentaram a sua capacidade de oferecer denúncias ao órgão da Organização dos Estados Americanos. Muitas dessas organizações passaram a contar com profissionais altamente qualificados, com vasto conhecimento em direito internacional dos direitos humanos, o que também sugere o cenário de uma militância mais profissionalizada.

Para tentar compreender esse processo, o recurso metodológico utilizado foi a análise das trajetórias dos membros da CTV e também dos casos acompanhados pela entidade. Além disso, esse material é confrontado com a história social e política do Brasil, especialmente a partir da transição democrática. A reunião das biografias de alguns membros fundadores é de fundamental importância para se compreenderem os

passos dados em direção à profissionalização. Apesar de todos os membros terem proximidade com o tema dos direitos humanos, é interessante notar que cada um deles teve a sua profissionalizada organizada conforme a especificidade de sua própria experiência pessoal.

O referencial teórico de que este trabalho parte diz respeito à “sociologia do direito”, de Max Weber (1999b). As trajetórias dos militantes da CTV inicialmente indicam, como mencionado, um processo de institucionalização de garantias acerca dos direitos humanos. E um dos focos mais notáveis é a “absorção”, tanto pela Constituição quanto pelo aparelho estatal, das demandas e reivindicações que alguns desses militantes dispuseram no acesso aos governos eleitos. Trata-se da redefinição da agenda da *administração pública*, buscando consolidar práticas de respeito aos direitos humanos, dos agentes encarregados de segurança pública à cúpula governamental, por meio de secretarias, agendas e políticas que caminham nessa direção.

O objetivo foi consolidar no Estado brasileiro um projeto de ampliação das garantias, especialmente aquelas ligadas aos direitos civis. Emerge, assim, uma *situação de fato e um direito a ser aplicado novos* (idem: 69. *Grifos meus*). E, talvez o que seja mais determinante, servindo assim de referencial para a coleta e análise dos dados apresentados, está sintetizado na seguinte frase:

“o decisivo é sempre um novo *tipo de ação* que leva à mudança da significação do direito vigente ou à criação de um direito novo” (idem: 69. *Grifos meus*).

O “tipo de ação”, ao qual se refere Weber, deve ser considerado em duas dimensões. De um lado, a atuação da CTV e seus membros na elaboração e aplicação de políticas que definem, por exemplo, a Constituição de 1988, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e os Programas Nacionais de Direitos Humanos, no âmbito federal;

as Ouvidorias de Polícia, no estadual; e a Comissão Municipal de Direitos Humanos, criada em 2002 na cidade de São Paulo. Em segundo lugar, esse conjunto de comissões e secretarias ajuda a compor a ideia de uma ação que visa expansão das garantias institucionais e uma política estável dos direitos humanos, principalmente se considerarmos a atenção que os presidentes da República, desde Fernando Henrique Cardoso, estão dando ao tema.

O que determina os rumos da investigação – como será notado adiante – é o “sentido” que essa ação nova adquire para os agentes envolvidos, procurando demonstrar a coerência que os guia, as pretensões e os valores responsáveis, pensando o sentido a partir do momento histórico que ele surge, das mudanças políticas e sociais, ou seja, seu “contexto de sentido” (WEBER, 1999a)².

Além do tipo de ação social focalizada neste projeto, a pesquisa também se valerá da noção de *vocação* empregada por Max Weber tal como aparece na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em que ele está conceitualmente amarrado à trajetória de Lutero. O que está em jogo é como o conceito de vocação adquire historicamente a noção de profissão conforme o processo de secularização das religiões do Ocidente em que a Reforma é um dos efeitos (tanto vocação quanto profissão são traduções adequadas para o *Beruf*).

Na era medieval, o trabalho intramundano seria a “base natural e indispensável da vida de fé, moralmente indiferente em si mesmo como o comer e o beber”. Mas o referido processo vai posicionando este trabalho intramundano em relação de oposição aos “conselhos evangélicos” (aspas do autor) do monacato católico, aumentando a

² Na edição brasileira de *Economia e Sociedade*, esta ideia está traduzida por “conexão de sentido” [sinnzusammenhang] (WEBER, 1999a: 6). O esclarecimento, acerca de um significado mais fiel que motivou a alteração da referida noção, devo ao professor Antônio Flávio Pierucci.

“significação da vocação numa profissão” (WEBER, 2004: 73). O excerto abaixo conclui o movimento que oferece novas formas de conceber a vocação e a profissão:

“o trabalho profissional mundano aparece como expressão exterior do amor ao próximo, o que de resto vem fundamentado de maneira extremamente ingênua e em oposição quase grotesca às conhecidas teses de Adam Smith, em particular quando aponta que a divisão do trabalho coage cada indivíduo a trabalhar para *outros*. Trata-se, como se vê, de argumento essencialmente escolástico que logo é abandonado, cedendo passo à referência cada vez mais enfática ao cumprimento dos deveres intramundanos como a única via de agradar a Deus em todas as situações, que esta somente e somente esta é a vontade de Deus, e por isso toda profissão lícita simplesmente vale muito perante Deus” (WEBER, 2004: 73).

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, não se trata de recompor o período ou o processo analisado por Weber. Conforme está demonstrado acerca da ideia de *vocação*, é interessante reiterar as possibilidades metodológicas de enfrentar uma ação social em mutação, em que a análise de longa duração permite identificar dois pontos a serem comparados ante as suas caracterizações sutis e explícitas (cf. WEBER, 2004). Durante a ditadura militar, os focos de militância (esquerda revolucionária e Igreja Católica) convergiram para a luta pelas liberdades democráticas e o passo adiante foi a construção do Estado de Direito por meio da ampliação do debate acerca da relação entre democracia e direitos humanos, bem como a renovação das políticas de Estado nesta área. Serve como hipótese a passagem de uma militância por paixão para uma militância por profissão, chegando ao ponto de, nos dias atuais, existirem carreiras que abranjam tais condições, existentes principalmente em organizações da sociedade civil, exercendo muitas vezes funções burocráticas que exijam conhecimento especializado em direitos humanos³.

³ São exemplares entidades como a Conectas Direitos Humanos, a Justiça Global e o Cejil – Centro pela justiça e o direito internacional. Todas elas possuem um sólido quadro administrativo e privilegiam ações

Em certo sentido, a noção de vocação militante gera certa polissemia sobre a de “capital militante” elaborada no âmbito das pesquisas coordenadas por Frédérique Mantoni e Franck Poupeau acerca das trajetórias de militantes partidários e sindicais. Diversos artigos resultantes da pesquisa foram reunidos em um número da *Actes de 14^{la} Recherche en Sciences Sociales*, em 2004 (n. 155, v. 5). Na introdução ao dossiê (cujo título é *O capital militante: engajamentos improváveis, aprendizado e técnicas de militância*), os autores se referem ao capital com certo otimismo alimentado especialmente pela diferenciação em relação ao “capital político” cuja função nasceria “da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isto, instável” (MANTONI & POUPEAU, 2006: 130). O “capital militante” possui características diferentes, pois é “incorporado sob a forma de técnicas, disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele abrange um conjunto de saberes e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos [...]” (idem, 130).

No entanto, o fenômeno que tenho a pretensão de apontar é diverso. A abordagem tomada pelo “capital militante” sugere, acima de tudo, um vínculo potencial entre o aprendizado que se realizou em outras esferas sociais, ou seja, um processo de escolarização pretérito que foi fundamental para a ação política engajada. A *vocação militante* auxilia na compreensão da mudança da rotina de reivindicação que os militantes atravessaram, apenas possivelmente identificada em análise de longa

ligadas à política externa e o direito internacional, mediante denúncias realizadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como a Justiça Global e o Cejil, ou por meio de fortalecimento de democracias emergentes e ampliação de garantias institucionais no Cone Sul, como a Conectas. Em um texto resultante de densa reflexão acerca da metodologia qualitativa em ciências sociais, Martins (2004: 297) estabelece uma relação semelhante acerca das modificações pelas quais o ofício do sociólogo passou na década de 1940 nos Estados Unidos, em que o seu processo de *profissionalização* – marcado pelo uso de instrumentos mais sofisticados, amplos recursos financeiros, formação de equipe de pesquisadores, de pesquisas encomendadas e de *status* científico – se apresentou em oposição ao artesanato intelectual (vocação), caracterizado pela reflexão livre, intuição e imaginação.

duração⁴. Para se referir aos militantes de direitos humanos, interessa considerar que foi necessário o abandono das táticas de lutas privilegiadas durante o governo militar para se chegar a outra mais racionalizada e, por que não, mais burocratizada⁵.

Enfim, trata-se de buscar a contrapartida da incorporação dos direitos humanos no debate público e nas agendas governamentais, assim como de consolidação da infraestrutura política no Estado.

Ao comparar os períodos da transição e consolidação democrática, o objetivo é estabelecer uma relação que evidencie as “causas dos efeitos” (*cause-of-effects*), ou seja, “como as causas interagem em um contexto de um caso particular ou alguns casos para produzir um resultado” (BENNETT & ELMAN, 2006: 458).

O objetivo deste método, por sua vez, não é “provar que esta configuração causal também funciona em outros casos”, mas “se outras combinações de fatores causais levam a resultados iguais ou similares” (BLATTER & BLUME, 2008: 29). Assim, em vez de buscar elementos capazes de serem universalizados (a outras entidades de direitos humanos, por exemplo), deve-se partir das observações (realidade concreta) para se chegar às concepções dos militantes abordados (abstrações relevantes), conforme a formulação teórica adotada. Ou seja, uma proposta de verticalização do conhecimento, que Blatter e Blume (2008: 30) chamam de “lógica da generalização” (*logic of generalization*).

⁴ Processo semelhante – mas em um contexto completamente diferente – foi identificado por Elias na narrativa biográfica de Mozart. A música que viria a fazer do músico um gênio é diferente daquela que ele produzia ou se divertia aos quatro ou cinco anos de idade. Com o intuito de desmistificar o bônus da genialidade recebido ao nascer, Elias mostra a dura rotina de reestruturação das táticas musicais, seja pela educação paterna, as viagens a concertos, a recepção de valores de uma Corte em decadência (ELIAS, 1994).

⁵ Uma destas novas características é a criação de um fluxo constante de denúncias à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ou o *ativismo jurídico transnacional*. A referência para o conceito é Santos (2007), que busca um afastamento das ideias de “judicialização global” e “litigância transnacional”.

Esta metodologia também sugere que a pesquisa e a narrativa devem percorrer a história do fim para o começo, pois existe a incerteza sobre quando encontrar a gênese do processo em questão (BENNET & ELMAN, ibidem: 459). Assim, deve-se começar pelo período mais recente em que as estratégias de promoção dos direitos humanos se apresentam pela face da *vocação*, e então deslindar as causas históricas que interagem e servem de argumento para compreender como a sua emergência.

A estrutura da presente dissertação está dividida em três partes, sendo elas: a primeira parte, *Direitos humanos na sociedade moderna*, é resultado de um exercício de revisão bibliográfica que permita indicar a evolução dos direitos humanos na sociedade moderna. O primeiro capítulo está dividido em duas partes e demonstra, na primeira delas, a evolução do regime internacional de direitos humanos, da Declaração Universal de Direitos Humanos até a Conferência de Viena. O objetivo desta seção (*Declarações e rupturas: primeiros passos do regime internacional de direitos humanos*) é apontar as tensões geradas entre os diversos direitos que compõem os direitos humanos e também demonstrar que muitas concepções acerca de como lidar com os direitos humanos estiveram na mesa de discussões durante todo o processo.

A segunda seção, *Direitos humanos e América Latina*, busca traduzir algumas concepções regionais de direitos humanos, descrevendo as lutas sociais em três diferentes frentes: a participação dos países latino-americanos durante a preparação da Declaração de 1948, o papel da teologia da libertação e da transição democrática na concepção de direitos humanos da região e, por fim, mostrar as ONGs como atores contemporâneos.

A segunda parte, *Comissão Teotônio Vilela (CTV): introdução ao estudo de caso*, é composta por quatro capítulos, e busca apresentar a CTV por meio do seu *Contexto histórico*, ou seja, os fatos decisivos na política e sociedade brasileiras que a acompanham desde a fundação em 1983. No quarto capítulo, *Os membros fundadores*, apresento as biografias de alguns dos que considero os principais membros da entidade, indicando as trajetórias que cada um deles teve até os dias atuais. O quinto capítulo, *Os casos acompanhados*, é uma descrição de alguns dos casos em que CTV se envolveu. O acompanhamento de alguns deles em ordem cronológica permite entender algumas mudanças pelas quais a entidade passou, seja na diversificação da agenda de reivindicações ou também nas táticas utilizadas para a realização dos trabalhos.

Essa parte se encerra com o capítulo sobre *A rede de direitos humanos* em que a CTV estava inserida e envolvida. O objetivo é demonstrar as relações que ela manteve com outras agências e grupos a fim de aperfeiçoar os mecanismos de promoção dos direitos humanos.

Por fim, a terceira e última parte, *Direitos humanos e vocação militante*, está estruturada em dois capítulos que analisam os condicionantes sociais para a ação social dos direitos humanos, e também o sentido que a matéria assume para o defensor de direitos humanos.

PARTE 1. DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE MODERNA

1.1. Declarações e rupturas: primeiros passos do regime internacional de direitos humanos

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45) representou a derrocada dos regimes totalitários que vigoraram na Europa durante grande parte da primeira metade do século XX, especialmente na Alemanha e Itália. Tais regimes eram definidos para a prevalência de raças puras, controle ideológico da política e da cultura e expansão de suas fronteiras territoriais, dentre outros. Um dos principais instrumentos de ação do regime totalitário foi a construção de campos de concentração, que eram voltados para o aprisionamento forçado e extermínio de judeus, ciganos, mestiços e qualquer outro grupo que oferecesse possibilidades de miscigenação da raça ariana⁶.

Com a derrota dos Estados totalitários, o mundo ocidental articulou a ideia de estabelecer mecanismos que assegurassem a paz entre os Estados, tendo em vista também o cenário da Guerra Fria que se formava⁷. Mesmo antes do fim da Guerra, foi realizada em São Francisco uma conferência com o objetivo de aperfeiçoar a Liga das Nações⁸ por meio de um corpo internacional que veio a ser a Nações Unidas. Naquele momento, já estava previsto que, no âmbito das Nações Unidas, haveria um Conselho de Segurança dominado pelas grandes potências, uma Assembleia Geral com delegados

⁶ Estima-se que mais de 6 milhões de judeus tenham sido mortos apenas por serem judeus. Análises contundentes acerca das causas e efeitos da emergência dos regimes totalitários e campos de concentração podem ser encontradas em Arendt (1989).

⁷ Trata-se do período marcado pela polarização entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), em que uma guerra armada sem proporções estaria por vir entre as duas maiores potências da época. Os ânimos com essa guerra foram dissolvidos apenas após a extinção da URSS, em 1991.

⁸ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, destinada à consolidação da Paz e resolução de conflitos internacionais.

de todos os países-membros e um Secretariado. No mesmo encontro também foi criada a Corte Internacional de Haia, cuja função é julgar disputas entre países ligadas ao tema dos direitos humanos, como genocídio⁹. Nesse encontro, 51 países assinaram a Carta das Nações Unidas e se tornaram membros fundadores em 26 de junho de 1945¹⁰.

Com o objetivo de ampliar a influência dos direitos humanos nas Nações Unidas, foi criada a Comissão de Direitos Humanos da ONU, presidida por Eleanor Roosevelt. A esta comissão coube a responsabilidade de criar uma carta de direitos humanos. O texto elaborado foi revisado por toda a Comissão, posto a circular por todos os Estados-membros, revisto pelo Conselho Social e Econômico e, ao final, encaminhado para a Assembleia Geral (HUNT, 2009). De todo esse processo, em 10 de dezembro de 1948, resultou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que surgiu com o objetivo de estabelecer um horizonte ético no mundo pós-guerra, em que a relação dos Estados com seus cidadãos pudesse ser julgada a partir de um paradigma externo ao próprio direito de Estado¹¹ (DORNELLES, 2006). Acima de tudo, a Declaração estabeleceu os parâmetros dos direitos humanos a serem seguidos pelos

⁹ A Corte de Haia dedica-se exclusivamente ao contencioso entre Nações. Em se tratando de indivíduos, cabe ao Tribunal Penal Internacional o julgamento de questões de direitos humanos. Vale ressaltar também que, atualmente, percebemos crescente responsabilidade atribuída às Comissões e aos Tribunais Regionais em temas de direitos humanos, a exemplo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Sistema Europeu de Direitos Humanos e o Sistema Africano de Proteção aos Direitos Humanos.

¹⁰ Segundo Hunt (2009: 204), até mesmo as principais potências aliadas (Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos) estavam receosas quanto à possibilidade de incluir os direitos humanos na Carta das Nações Unidas. A Grã-Bretanha temia que a ideia de direitos humanos provocasse movimentos de independência em suas colônias; a União Soviética não queria qualquer interferência na sua expansiva esfera de influência; os Estados Unidos se opunham à ideia de igualdade de todas as raças.

¹¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi redigida por China, Chile, Estados Unidos, Líbano, União Soviética, Austrália, França e Reino Unido e foi aprovada por 48 votos a favor, oito abstenções e duas ausências (HERNANDEZ, 2010).

Estados-membros das Nações Unidas¹². Adicionalmente, motivada pela proliferação de apátridas e refugiados ocorrida durante a vigência dos regimes totalitários, a Declaração reconhece a existência do indivíduo no cenário internacional por meio de um regime internacional¹³ (REIS, 2006).

A Declaração Universal de Direitos Humanos reafirmou direitos individuais já manifestados anteriormente no século XVIII¹⁴, como igualdade perante a lei, liberdade de expressão e de religião, direito de participação no governo, proteção à propriedade privada e rejeição da tortura, bem como enriqueceu seu escopo com novas noções, como a liberdade de ir e vir, direito à nacionalidade, direito à educação, direito ao descanso e ao lazer.

A Declaração, contudo, não se esgotava nas necessidades presentes no que compete à defesa dos direitos humanos. Quase duas décadas depois, vieram dois Pactos importantes, ambos ratificados em 1966: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁵. Tendo em vista a polarização provocada pela Guerra Fria, cada um dos pactos teve inserções diferentes no Ocidente e Oriente mundial. O primeiro Pacto foi imediatamente

¹² A criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos está longe de ter sido um processo fácil. Diversas controvérsias existiam quanto à natureza e conteúdo do material e, não obstante, havia a difícil tarefa de aglutinar Estados e lideranças capazes de levar o documento adiante. Para uma descrição mais densa e precisa, ver em Glendon (2001) o papel de Eleanor Roosevelt para a convergência de interesses pelo documento.

¹³ A ideia de regime internacional refere-se, neste caso, a três diferentes tipos de abordagens por parte da ONU: declaratórias (Declaração), posteriormente vinculantes (Pactos Internacionais) e coercitivas (Protocolos Adicionais).

¹⁴ Aqui estamos falando de dois documentos especificamente: a Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Ambas já apresentam algumas ideias de direitos a serem assegurados, mas não serão objeto de consideração mais densa nesta dissertação, pois seus contextos já são muito diversos do que pretendemos aqui.

¹⁵ Apesar de concluídos em 1966, ambos os Pactos foram devidamente ratificados apenas em 1976. O Brasil se tornou signatário deles em 1992.

recepcionado no Ocidente, onde os Estados Unidos foram a principal referência, enquanto o segundo teve melhor recepção no Oriente, em virtude da influência da URSS¹⁶.

O primeiro esforço para dissolver essa dicotomia de direitos foi realizado pela ONU, em 1968, durante a I Conferência de Direitos Humanos de Teerã, onde foi anunciada a indivisibilidade entre todos os direitos. As limitações das propostas da I Conferência de Direitos Humanos foram muitas em razão do cenário político criado pelo mundo bipolar¹⁷. O principal documento resultante da Conferência foi a Proclamação de Teerã, que representou uma avaliação das duas décadas de vigência da Declaração Universal de Direitos Humanos (HERNANDEZ, 2010). É importante ressaltar que a Conferência realizada em Teerã foi bem-sucedida tendo em vista que, ao contrário das Convenções e Pactos anteriormente elaborados, atingiu o número de ratificações necessárias entre os países.

Entre 14 e 25 de junho de 1993, reuniram-se em Viena 171 países para o que foi a II Conferência Mundial de Direitos Humanos. O objetivo era avançar nas questões de direitos humanos que a nova ordem global suscitava, ou seja, tendo em vista o fim da Guerra Fria. Uma vez dissolvida a polarização entre Estados Unidos e União Soviética, foi criada a expectativa de que os assuntos que até o momento estavam pendentes poderiam ser tratados com maior profundidade. A amplitude da Conferência é algo que deve ser ressaltada. Além dos 171 países presentes:

¹⁶ A polarização entre Ocidente e Oriente estava principalmente alicerçada na disputa ideológica entre o Capitalismo (representado pelos EUA) e Comunismo (representado pela URSS), o que necessariamente organiza uma escala de prioridades no que tange à promoção de direitos em cada esfera de influência. Ademais, vale ressaltar que a ideia original era redigir apenas um Pacto que contivesse todos os direitos nele, mas isso se tornou inviável por causa da pressão das grandes potências (ALVES, 2003).

¹⁷ Realizada entre 22 de abril e 13 de maio, a Conferência de Teerã contou com 84 países e 53 ONGs com *status* consultivo, e outras quatro ONGs participaram do Comitê Preparatório.

“[...] reuniu 2000 organizações não governamentais no ‘Fórum das ONGs’; teve 813 ONGs acreditadas como observadoras na conferência propriamente dita, de caráter governamental; organizou encontros paralelos de instituições nacionais encarregadas da proteção dos direitos humanos nos respectivos países; promoveu palestras de acadêmicos e personalidades reconhecidas internacionalmente por sua atuação na matéria; abrigou os presidentes de comitês internacionais e de monitoramento criados pelas convenções de direitos humanos e os diretores das agências especializadas das Nações Unidas para sessões do trabalho; manteve, ao longo de 15 dias, cerca de 10.000 indivíduos dedicados exclusivamente à questão dos direitos humanos” (ALVES, 1994: 170)¹⁸.

A partir da Conferência de Viena, é possível perceber o esforço para a inserção de novos atores políticos nas questões de direitos humanos, bem como a discussão de novos referenciais para a realização de ações e programas mais efetivos. O principal documento resultante da Conferência de Viena foi a Declaração e Programa de Ação de Viena. Este começou a ser elaborado durante o processo preparatório da Conferência de Viena, no âmbito do Comitê Preparatório¹⁹. A Declaração e Programa de Ação de Viena está dividido em três partes (Preâmbulo, Declaração e Programa de Ação) e é bastante extenso e detalhado²⁰.

Em linhas gerais, o documento serve de suporte para uma visão de direitos que já vinha se desenhando desde a Conferência de Teerã, mas que encontrava resistência

¹⁸ É plausível considerar também que, nesse momento, grande parte das ditaduras que foram estabelecidas no mundo durante a segunda metade do século XX já havia sido dissolvida, fato que aumenta as possibilidades de participação da sociedade civil.

¹⁹ Ao Comitê Preparatório coube, dentre outras coisas, estabelecer uma agenda e um consenso acerca do que deveria ser discutido na Conferência de Viena. Ele foi montado em três sessões, todas elas em Genebra, nas seguintes datas: 9 a 13 de setembro de 1991, 30 de março a 10 de maio de 1992 e 14 a 18 de setembro de 1992 (HERNANDEZ, 2010).

²⁰ Não cabe aqui dedicar muito tempo para descrever em que consistiu o documento. Para maiores informações, ver Hernandez (2010).

por parte das grandes potências mundiais, especialmente no que compete à universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos²¹. O documento traz recomendações acerca do papel das ONGs nesse novo cenário, tratando-o com bastante otimismo e valorizando o protagonismo delas. Ressalta que as ONGs de direitos humanos devem ter um interesse internacional geral com essa matéria, não se restringindo aos interesses de um grupo particular de pessoas, nacionalidade ou de um Estado específico. Além disso, a Declaração e Programa de Ação de Viena também estabelece a tríade Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, enfatizando que cabe ao Estado e organizações internacionais, em cooperação com ONGs, criar condições favoráveis para assegurar o desenvolvimento efetivo dos direitos humanos. Por fim, é significativo também que na Conferência de Viena foi decidido pela criação do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (sigla original em inglês, OHCH), com o objetivo de coordenar e articular questões de direitos humanos entre todas as agências da ONU.

Acima estão mencionados momentos decisivos para a criação e consolidação de um regime internacional de direitos humanos, a partir da criação da ONU. O cenário descrito permite, em primeiro lugar, visualizar o desenvolvimento das noções de direitos humanos conforme os momentos geopolíticos atravessados no século XX, especialmente buscando um distanciamento em relação às políticas praticadas pelos regimes totalitários. Assim, os direitos humanos emergem, segundo Lafer (1988), enquanto uma ruptura no sistema até então vigente. Apesar da dificuldade de estabelecer pontos de consenso na visão de direitos humanos, é preciso considerar que ao menos o mundo ocidental foi organizado de forma razoavelmente homogênea de

²¹ Tanto a universalidade quanto a indivisibilidade foram aprovadas na Conferência de Viena, mas com controvérsias manifestadas por diversas nações, mantendo evidentes choques entre as do Ocidente e do Oriente.

acordo com os preceitos contidos nos sucessivos Pactos e Declarações elaborados no âmbito da ONU²².

Contudo, a *ruptura* não provocou apenas uma alteração acerca da dignidade humana. Adicionalmente, ela apresentou um novo elemento de discussão, que pode ou não ser usado por determinadas lideranças para negociar apoio dentro e fora de seus países. Segundo Reis (2011), esse processo fez com que organizações da sociedade civil, juntamente com países médios ou pequenos, incorporassem o tema dos direitos humanos em suas agendas a fim de obter resultados mais específicos e que necessariamente pudessem ser debatidos junto à ONU, como a discriminação racial.

1.2. Direitos humanos e América Latina

Todo o processo de criação do regime internacional de direitos humanos reflete, em grande medida, o papel e hegemonia dos Estados Unidos no processo de criação de órgãos de competência internacional a fim de conceder amparo em matéria de direitos humanos. Contudo, a despeito da cristalização dessa hegemonia, também precisamos considerar o papel de atores regionais nesse processo que raras vezes é homogêneo. Recentemente, a literatura especializada passou a dar maior atenção para a influência desses atores regionais na incorporação de direitos nos sistemas de proteção, promoção e monitoramento. Segundo Reis (2011), os países da América Latina tiveram ampla representatividade nos debates ocorridos no âmbito da Comissão presidida por Eleanor Roosevelt para a criação da Declaração Universal de Direitos Humanos. Tiveram destaque, por exemplo, representantes do Chile, Panamá e Cuba, tendo sido eles os

²² Ainda que diversas nações reconheçam a importância de uma política de promoção dos direitos humanos, são notórias as sucessivas violações destes, seja ela voltada a um grupo minoritário específico, por meio de um regime político, ações mal planejadas por parte de forças policiais, casos de guerra, dentre outros.

primeiros a enviar um projeto de Declaração para John Humpfrey, então redator do primeiro rascunho do documento.

A atuação da América Latina é decisiva, por exemplo, “no que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, entre raças, e também na inclusão de direitos econômicos e sociais em igualdade de condições com direitos civis e políticos” (REIS, 2011: 110).

Reis (2011) também destaca que essa participação da América Latina nos processos decisórios era bastante limitada, uma vez que grande parte dos Estados não era livre para participar das deliberações e votações das etapas da Declaração, mas que parte significativa da criação da Declaração se deve às pressões de organizações não governamentais de países pequenos e médios, e não da determinação de países poderosos do sistema internacional (p. 112).

O contexto social e político na América Latina foi capaz de produzir, segundo Estevez (2012), uma concepção regional e de direitos, suscitando inclusive um “conceito latino-americano e sociopolítico de direitos humanos”, em oposição a uma visão constitucionalista e liberal desses direitos. São fontes importantes para a compreensão desse conceito as lutas e movimentos que tiveram lugar na região, a exemplo da teologia da libertação e da transição democrática, mobilizações decisivas para o argumento da autora.

No caso da primeira, a teologia da libertação, a prática pastoral “se tornou central para a construção de uma ideia de direitos humanos baseada na libertação”, em

especial no que diz respeito à teologia de José Comblin²³ (ESTEVEZ, 2012: 230). Para ele, a Igreja deveria, nas palavras de Estevez,

“[...] concentrar os seus esforços em criticar o desenvolvimento econômico, mas assinalava que, na prática, dada a generalização da doutrina de segurança nacional no sul do continente, os direitos humanos eram centrais para uma nova abordagem pastoral baseada na libertação. Comblin dizia que diante da violência das ditaduras militares no Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, era necessário que as igrejas desses países produzissem declarações públicas em defesa dos direitos humanos, especialmente no Chile e no Brasil, onde os teólogos da libertação tiveram grande êxito com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)” (ESTEVEZ, 2012: 231).

Assim, a teologia da libertação desenvolveu grande tradição com a promoção de direitos econômicos, sociais e culturais, relacionando assim o discurso de direitos humanos com o de justiça social, além de produzir novas tipificações diante da repressão dos governos militares, a exemplo do desaparecimento forçado. Por fim, houve a assimilação do discurso democrático à agenda de propostas da teologia da libertação, fato importante diante dos sistemas autoritários então vigentes (ESTEVEZ, 2012).

A partir da década de 1990, quando o modelo ditatorial que prevaleceu na América Latina já havia se esgotado, uma nova tática de reivindicações por direitos humanos entra na agenda das lutas sociais. Trata-se do ativismo jurídico transnacional, perpetrado por ONGs de direitos humanos que se utilizam do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para atingir seus objetivos. Esse novo momento se articula, principalmente, em razão da resistência do Estado em corrigir as suas próprias

²³ José Comblin nasceu na Bélgica e desenvolveu grande parte dos seus trabalhos no Brasil, onde se formou aluno de Frei Betto e Frei Tito e trabalhou com Dom Hélder Câmara no Recife. Em 1971, foi expulso do Brasil pela ditadura militar e exilou-se no Chile, onde permaneceu por oito anos.

organizações – a exemplo do Estado brasileiro – induzindo assim a ativação de uma rede transnacional (SANTOS, 2007).

Toda essa articulação é feita a partir da construção do sistema regional de direitos humanos na América. Os primeiros passos para a criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos foram dados em abril de 1948, em Bogotá, Colômbia, quando foi realizada a Conferência Internacional Americana, cujos principais resultados foram a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o seu documento final, a Declaração Americana sobre Direitos e Deveres do Homem.

Em 1969, foi aprovada a Convenção Americana de Direitos Humanos, bem como a criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que veio a ser definitivamente fundada em 1959, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, criada em 1978. Esses são os dois órgãos encarregados da observância dos preceitos da Convenção²⁴.

O ativismo jurídico transnacional é realizado exclusivamente por meio da CIDH, único órgão da OEA com competência para aceitar denúncias contra seus Estados-membros, sejam eles signatários ou não da Convenção Americana de Direitos Humanos. De acordo com os relatórios da CIDH, o número de denúncias apresentadas vem aumentando muito nos últimos anos. Em 1969 e 1970, por exemplo, a CIDH recebeu 217 petições e, em 1997, esse número aumentou para 435. Em 2006, o número de petições chegou a 1325, prevalecendo denúncias contra Peru, México e Argentina (SANTOS, 2007: 37).

²⁴ A Convenção Americana de Direitos Humanos foi ratificada pelo Brasil em 1992, e o país reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998.

2. Direitos humanos e transição democrática no Brasil

São inúmeros os fatores que podem ser evidenciados como relevantes e que contribuíram para a transição democrática (1974-89) no Brasil. Diversos grupos e entidades se envolveram no processo de democratização, ainda que não tivessem natureza política e ideológica semelhante, exceto pelo consenso gerado pela necessidade de retomar as liberdades democráticas.

As fortes tensões geradas a partir de 1968 com a outorga no Ato Institucional n. 5 (AI-5), que inaugurou o período mais violento e repressivo da ditadura militar (1964-85), influenciaram este cenário repleto de mobilizações. O Ato concedeu plenos poderes ao Executivo, que passava a ter prerrogativas para instalar censuras (imprensa, universidade, mercado editorial, etc. foram os alvos privilegiados), efetuar prisões políticas daqueles que ofereciam oposição, armada ou não, ao regime, destituir o Congresso Nacional, etc. (CARVALHO, 2008). Anteriormente a isso, o clima interno já esquentava com as suspeitas e denúncias de práticas de torturas nos “porões”. Apesar de negá-las contundentemente, o regime foi aos poucos tendo que se preocupar com diversas frentes de oposição que se articularam em torno do bastião da tortura, ainda que essa articulação estivesse motivada por objetivos e propostas diferentes (cf. BENEVIDES, 2009; MORAES, 2006).

Nos primeiros momentos que sucederam o golpe militar, a frente de oposição ao regime nutria maior preocupação com o sistema de opressão arquitetado pelo governo, que inibia principalmente alguns espaços de organização já tradicionalmente representados, como partidos (oficiais, como o MDB, ou clandestinos, a exemplo do PCB), revistas e grupos de discussão. Assim, a “resistência” – como cuidadosamente Marcelo Ridenti (2004) opta por nomeá-la – foi principalmente caracterizada pela luta

armada esquerdista contra a ditadura²⁵ (p. 59). Um dos primeiros focos de descontentamentos gerados após o golpe militar com consequências na luta armada foi a expulsão de sargentos e marinheiros envolvidos na mobilização política que os subalternos iniciaram entre 1961 e 1964 nas Forças Armadas²⁶. Agruparam-se em torno do ex-sargento Onofre Pinto após o descontento profissional e as brutalidades que o regime neles provocou, tornando-os vítimas de tortura e de prisões precipitadas (cf. QUARTIN DE MORAES, 1989).

Não demorou muito para que se juntassem aos militares descontentes estudantes secundaristas e universitários, sindicalistas e profissionais liberais que tiveram muitas de suas liberdades cerceadas. Exemplo bastante contundente é o envolvimento de artistas e intelectuais na luta (cf. RIDENTI, 2000). Assim, a esquerda revolucionária passou de focos isolados para se tornar uma das frentes mais claras de oposição, especialmente constatado pela proliferação de grupos dedicados à ação. Diversos desses grupos nascem de cisões criadas dentro de partidos de esquerda, como o PCB. Deste, dois grupos dos mais combatentes e conhecidos surgiram: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Conjuntamente, foram os responsáveis pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em setembro de 1969, um famoso ato cuja principal reivindicação foi a libertação de presos políticos em troca do embaixador.

²⁵ O termo corrente mais utilizado é “resistência democrática”, mas, conforme o autor salienta, “as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura [...] e reduzir tacitamente a luta pela revolução nos anos de 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida” (RIDENTI, 2004: 58). Tal caracterização importa na medida em que a distinção entre as frentes de oposição que se criaram no regime configuram elemento central na argumentação sugerida para a compreensão da militância em direitos humanos no Brasil.

²⁶ Segundo Carvalho (2008: 164), ao todo as Forças Armadas expulsaram 1.313 militares, entre os quais 43 generais, 240 coronéis, tenentes-coronéis e majores, 292 capitães e tenentes, 708 suboficiais e sargentos, 30 soldados e marinheiros.

Também fazem parte deste contexto a Ação Popular (AP) e o Política Operária (POLOP). Motivados pela vertente de esquerda que se formava dentro da Igreja Católica, especialmente a Ação Católica, os militantes cristãos aos poucos foram se afastando da AP diante da irrupção de lideranças convictas com a luta armada. Quanto ao POLOP, esta foi a organização militante mais conhecida que agregou estudantes e trabalhadores, mas teve uma breve existência por causa das tensões internas criadas pelas diferentes expectativas das lideranças (cf. AARÃO REIS & SÁ, 2006).

Os embates de oposição travados em torno de organizações clandestinas de esquerda perduraram aproximadamente até 1970, quando a abrangência de suas ações começa a se limitar mediante a linha dura adotada pelo governo, e possivelmente também em razão dos desentendimentos internos que geraram intensos confrontos e cisões²⁷. A esquerda revolucionária manteve seu elemento de coesão em torno da luta contra a ditadura militar, em primeiro plano. Aliado a isso, estava o descontentamento de que a política econômica iniciada com Castelo Branco causava, uma vez que ela mantinha posição de subserviência ao capital estrangeiro e principalmente ao imperialismo norte-americano (RIDENTI, 1993: 54).

Aos poucos, na primeira metade da década de 1970, surgiram grupos da sociedade civil que se chocavam cada vez mais frequentemente com o Estado autoritário a partir de um discurso de direitos humanos, especialmente motivados pela morte de Vladimir Herzog. Segundo Moraes (2006),

²⁷ Anterior ao golpe de 1964, a agenda da esquerda revolucionária brasileira já apresentava embates em seu predominate espaço, o PCB. Durante o governo de João Goulart, a proposta de “libertação nacional” e construção da nação brasileira parecia estar mais próxima da realidade política e social. O “nacionalismo de esquerda”, corrente que o Partido melhor se encontrava, foi em diversos momentos encabeçado por Leonel Brizola (eleito governador no Rio Grande do Sul em 1958 e no Rio de Janeiro em 1982), que portava de razoável influência em centros urbanos e alas subalternas das Forças Armadas. No início dos anos 1960, correntes radicais surgiram como alternativa ao “reformismo” do PCB, como a ALN e o POLOP, que propunha a luta armada pelo socialismo (RIDENTI, 1993).

“Por sua vez, estes [grupos da sociedade civil] teceram identidades, ritmos, estilos e locais de atuação contrastantes, revelando a luta de classes. Nesse processo de ambivalências, criaram respostas diferentes à crise instalada pelo modelo econômico desenvolvimentista, chocando-se contra o rosto oficial da abertura lenta, gradual e segura” (MORAES, 2006: 88).

Assim, Moraes (2006: 88) identifica três discursos diversos que apresentaram soluções distintas para a crise daquele momento: os movimentos sociais de periferia em busca da valorização dos direitos sociais; os das organizações representativas (como OAB²⁸, ABI²⁹, MDB³⁰), com ênfase no discurso jurídico de volta ao Estado de Direito; e, principalmente, a classe médica intelectualizada com o discurso voltado para os direitos. Para os devidos fins, vamos nos ater a dois segmentos que atuaram na formação da opinião pública em torno dos direitos humanos durante a transição democrática: a imprensa e suas articulações pela liberdade de expressão, bem como a mobilização após a morte do jornalista Vladimir Herzog e a universidade como espaço de mobilização e resistência perante os empecilhos ao ensino livre de restrições e, posteriormente, a formação de centros de pesquisa, com suas agendas de estudo próprias na busca de maior liberdade de trabalho.

Imprensa

A imprensa brasileira experimentou momentos de maior ou menor censura ao longo da ditadura militar, que variaram conforme a conjuntura política se apresentava ao governo. Contudo, a censura recaiu sobre a imprensa com maior intensidade a partir

²⁸ Ordem dos Advogados do Brasil.

²⁹ Associação Brasileira de Imprensa.

³⁰ Movimento Democrático Brasileiro. Trata-se do único partido legalmente vigente no Brasil durante grande parte da ditadura militar que fazia oposição ao Arena, partido governista.

de 1968, após a instauração do AI-5 (publicado em 13 de dezembro de 1968), e teria durado até 1976, quando a distensão já estava em curso (SOARES, 1989). Conforme a descrição abaixo, diversos veículos de notícias foram alvos de coerção após dezembro de 1968:

“Com o AI-5 a situação piorou consideravelmente: no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas. A partir de 6 de janeiro, o *Jornal do Brasil* submeteu-se à autocensura, em conformidade com as instruções da Censura, situação que perdurou até 1972. *O Correio da Manhã* também foi invadido logo após o AI-5; Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, que, tendo sido preso e confinado à ilha de Fernando de Noronha, tinha sido solto, foi preso outra vez. Em São Paulo, uma edição do *O Estado de São Paulo* foi confiscada porque protestava contra o AI-5 e, em vários pontos do País, abusos semelhantes foram constatados. É claro que o AI-5 deu à linha dura civil e militar a oportunidade de exercer, na prática, a sua fé fascista e antidemocrática” (SOARES, 1989: 22).

O mandato de Geisel (1974-79) iniciou-se com a expectativa de que a censura fosse retirada da imprensa, e parte significativa dessa promessa feita pelo governante se concretizou. Conforme Glaucio Soares, o governo

“[...] reduziu a censura no dia seguinte à sua posse, mas manteve sob censura permanente o *O Estado de São Paulo*, o *Jornal da Tarde*, o *Pasquim*, *Opinião*, *Veja* e *O São Paulo* (da Arquidiocese Paulista), permitindo, também, a continuação da prática dos telefonemas e dos ‘bilhetinhos’ por escrito proibindo a publicação de determinados assuntos. Foi somente em janeiro, por ocasião do centenário do *O Estado de São Paulo*, que o governo Geisel retirou os censores daquele jornal, assim como os do *Jornal da Tarde*, da mesma empresa” (SOARES, 1989: 23).

Paralelamente ao sistema de Censura, o governo militar também aperfeiçoou as políticas de modernização da imprensa, também parte da estratégia de segurança

nacional. O objetivo era implantar um sistema de informação capaz de integrar o Brasil tendo o Estado como um centro irradiador de ideias (ABREU, 2005). Assim, foram criadas diversas empresas com o intuito de compor essa ideia de modernização do setor, como a Embratel, Empresa Brasileira de Telecomunicações (1965), e a Telebrás, Telecomunicações Brasileiras S/A (1975). Além delas, houve também a criação do Ministério das Comunicações, em 1972. Em conjunto, elas permitiram o desenvolvimento das redes de televisão no país que, por sua vez, divulgavam propagandas políticas que apresentavam um país com forte projeto de desenvolvimento (ABREU, 2005).

Assim, ao mesmo tempo que a censura era imposta sobre a mídia, grande parte dos empresários das telecomunicações se beneficiava com as políticas de modernização. Contudo, isso não impediu que parte da imprensa iniciasse as mobilizações contrárias ao regime. A imprensa alternativa, em especial, foi importante nas críticas ao modelo econômico e às graves violações de direitos humanos. Na grande imprensa, as colunas de opinião e as seções de economia traziam análises que alertavam sobre os modelos políticos e econômicos vigentes, sempre escritas por pessoas com grande prestígio nas suas áreas de competência. Em 1974, a imprensa desenvolveu importante papel durante as eleições legislativas, uma vez que o MDB teve amplo acesso aos meios de comunicação (televisão, rádio e jornais). Enquanto oposição, a mídia realizou críticas ao regime militar e manifestações pela redemocratização. O resultado das eleições foi extremamente favorável para a oposição, e o MDB conseguiu maioria sobre o então partido governista, o Arena (ABREU, 2005: 59).

Juntamente com os fatores internos, a imprensa brasileira também concedeu ampla visibilidade às notícias internacionais, especialmente por meio do *Jornal Nacional*, o que trazia a público os caminhos em direção à democracia que estavam

sendo tomados pelo mundo. Há também que se considerar a eleição do democrata Jimmy Carter em 1977 nos Estados Unidos e a sua política de afastamento dos países que não respeitassem os direitos humanos (ABREU, 2005).

Outra frente de oposição caminhou paralelamente à formação de opinião pública por meio da circulação de notícias, e esta se deu tendo a morte do jornalista Vladimir Herzog como núcleo. Vlado, como amigos e familiares o chamavam, foi jornalista e escritor, tendo atuado em alguns dos principais veículos de comunicação do país, como *O Estado de S. Paulo* e a TV Cultura, e na BBC, em Londres.

Tendo em vista os mecanismos de censura instalados contra a imprensa brasileira, Vladimir Herzog foi chamado pelos agentes do exército para depor sobre a sua possível ligação com o Partido Comunista Brasileiro. Ele compareceu ao chamado em 25 de outubro de 1975, um dia após a convocação. Nessa mesma data, Vladimir fora encontrado morto em uma das celas onde estava detido e, oficialmente, a causa da morte foi declarada como suicídio por enforcamento. Muito já foi dito sobre a montagem da suposta cena, indicada na análise da foto tirada. A morte de Vladimir Herzog motivou diversas ações imediatas que merecem destaque. No dia 26 de outubro, diversos jornalistas procuraram o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, presidido por Audálio Dantas. Juntamente com a Cúria Metropolitana, o Sindicato desencadeou uma ampla frente democrática que se formou após esse episódio. No dia seguinte, importantes jornais do país publicaram editoriais reafirmando a condenação da prática de tortura, ainda que tivessem mantido certo cuidado com os limites dos comentários a fim de não serem cerceados pela censura. Foram publicados, nesse momento, editoriais como “Os limites da tolerância”, pelo *O Estado de S.*

*Paulo*³¹; “O efeito contrário”, pelo *Jornal da Tarde*³²; “Lição e Ponderação”, pela *Folha de S. Paulo*³³; “Repressão preventiva, pelo *Jornal do Brasil*³⁴ (MORAES, 2006).

Além dos editoriais, a repercussão da morte de Vladimir Herzog influenciou também diversos diretórios acadêmicos de estudantes universitários e também a ABI. Prudente de Moraes Neto – líder da Associação Brasileira de Imprensa – publicou um manifesto convocando os jornalistas a “preservar a autoridade moral como representantes da cidadania e dos direitos humanos” (MORAES, 2006: 113).

Em 31 de outubro de 1975, cerca de 8 mil pessoas compareceram ao culto ecumênico celebrado por D. Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé. Estavam presentes organizações como CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), ABI, OAB e MDB. A missa foi decisiva para a articulação da oposição ao regime militar e, segundo Mário Sérgio de Moraes,

“A força da cerimônia foi a representação da identidade da classe média intelectualizada da cidade de São Paulo, que, pouco a pouco, construiu sua unidade de interesses, de valores políticos compartilhados, mesmos hábitos de vida, não aceitando mais a truculência da violência dirigida contra seus desígnios de vida e pessoas que representavam tais ideais” (MORAES, 2006: 117).

Adicionalmente, diversas esferas políticas entraram em contradição após a morte de Herzog:

“[...] o governo, tentando recuperar a sua imagem, iniciou um inquérito policial-militar para dar satisfação à opinião pública; os jornais da grande imprensa saíram da letargia de não denunciar crimes políticos para uma posição de cautela e apoio ao projeto de ‘distensão’ (o caso da *Folha de S. Paulo* é típico); o MDB, dividido entre moderados e

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 29 de outubro de 1975.

³² *Jornal da Tarde*, 28 de outubro de 1975.

³³ *Folha de S. Paulo*, 1º de novembro de 1975.

³⁴ *Jornal do Brasil*, 28 de outubro de 1975.

autênticos, viu ressuscitar o tema dos direitos humanos, apagado pela própria cúpula partidária; a OAB sentiu o discurso liberal encontrar mais ressonância na defesa de uma nova ordem legal e democrática (a revalorização do *habeas corpus*); a Justiça Federal mostrou independência perante o Poder Executivo no julgamento da sentença favorável à viúva de Herzog; os estudantes novamente se reagruparam na União Nacional dos Estudantes em 1977, na Pontifícia Universidade Católica (quando foram reprimidos com a invasão da universidade); a Igreja, dividida em alas, continuou com a disputa contra o governo, quebrando aos poucos a Doutrina de Segurança Nacional; e os sindicatos ficaram mais confiantes com a conquista de novos espaços diante do exemplo da atuação dos jornalistas” (MORAES, 2006: 120).

As consequências advindas da morte de Herzog sugerem uma das principais frentes manifestas pelos direitos humanos. Também é possível notar que muitos segmentos se agruparam em torno da matéria, concedendo uma vasta pluralidade de ideias ao movimento.

Universidade e Centros de Pesquisa

Parcela significativa da mobilização da opinião pública em torno da abertura política ocorreu a partir da criação de centros de pesquisa integrados por intelectuais que enfrentavam dificuldades em desenvolver seus trabalhos na universidade, uma vez que esta foi sistematicamente cerceada pelos agentes da repressão no âmbito da doutrina de “Segurança Nacional”. Na década de 1960, os centros de ciências sociais no Brasil estavam concentrados em São Paulo, com a USP e a Escola de Sociologia e Política, no Rio de Janeiro – com suas universidades federais (Brasil e Fluminense), a Estadual e o ISEB³⁵ – e em Belo Horizonte, com a Faculdade de Economia.

Havia uma tensão criada entre a USP e o ISEB, cujas propostas de estudos se diferenciavam com relação à natureza e ao objetivo. O ISEB funcionava no Rio de

³⁵ O ISEB – Instituto de Estudos Brasileiros – foi fechado em 1964 por ordem da ditadura militar.

Janeiro com recursos federais e os seus trabalhos tinham como objetivo a construção do conhecimento visando elaborar uma doutrina de intervenção social. Quanto à USP, o principal objetivo era o desenvolvimento autônomo de conhecimentos (SORJ, 2001: 24).

Os intelectuais da USP, especialmente aqueles integrantes do Seminário de Marx, estavam dedicados às análises no âmbito da América Latina e, com o golpe militar, seus esforços passaram a se concentrar na realidade brasileira (cf. SORJ, 2001). Em 1968, após o AI-5, as cassações de professores aumentaram, o que trouxe urgência para a criação de um instituto, ideia que já estava sendo discutida por alguns intelectuais que retornavam do exílio, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso. É nesse contexto intelectual que podemos localizar as atuações de centros como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), fundado em 1969, abrigou importantes intelectuais que atuavam, principalmente, no cenário das ciências sociais paulista³⁶.

A criação desses centros significou uma saída ao fechamento dos canais de representação e expressão civil, uma vez que foram responsáveis pela elaboração e transmissão de análises sociais que eram diferentes daquelas divulgadas pelos órgãos do governo. O Cebap estabeleceu articulações com outras entidades como o MDB, o jornal *Opinião* e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), refletindo assim uma “forte tendência nas ciências sociais do período em assumir a política como aspecto da ciência, atuando na denúncia do caráter autoritário das políticas implementadas e na luta por uma sociedade e Estado democráticos” (VASCONCELOS, 2011: 151). Os membros do Cebap também mantinham estreitas relações com setores

³⁶ Segundo Sorj (2001), na ata de constituição do Cebap constam 27 pessoas como fundadoras, tendo essa sessão sido presidida por Cândido Procópio Ferreira Camargo. O núcleo principal era constituído por Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, José Artur Giannotti e Octávio Ianni, além do já mencionado Cândido Camargo. Os primeiros recursos para as atividades do Cebap foram disponibilizados pela Fundação Ford.

liberais da elite paulista, como José Mindlin, Celso Lafer, Oswaldo Gusmão, P. Farkas, e com políticos, como Paulo Egídio e Severo Gomes. Tais relações, somadas à proximidade com a Igreja³⁷ e com outros segmentos da sociedade, foram importantes para que o Centro desempenhasse suas atividades, seja pelas possibilidades de captação de recursos ou pela maior segurança proporcionada ante as repressões do regime militar (SORJ, 2001: 34).

Em 1976, alguns pesquisadores do Cebrap iniciaram o projeto de um novo instituto, projeto este que veio a ser o Cedec³⁸. Seja motivado pela necessidade de desviar os olhares da repressão por meio da dispersão voluntária dos membros (SORJ, 2001) ou pelas divergências acerca das melhores formas de fortalecimento da sociedade civil³⁹ (VASCONCELOS, 2011), o fato é que o Cedec se torna um dos centros de pesquisa autônomos e passa a desenvolver projetos de investigação que abordem a realidade brasileira. Os estudos desenvolvidos pelo Cedec possuíam características que os associavam às possibilidades de mudança da realidade brasileira, pela via da

“[...] constituição de novos sujeitos no espaço público, apontando para o seu significado político afirmativo de ruptura dos novos sujeitos sociais com a dominação vigente. A participação social das classes populares passou a ser preocupação dentro de uma proposta que procurava articular política e ciência: a estratégia de apreender os sujeitos pesquisados estava ligada à ideia de cooperação com a mudança da realidade a partir dos

³⁷ A Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica encomendou ao Cebrap diversas pesquisas a fim de compreender as transformações na urbanização de São Paulo, abordando temas como trabalho, lazer, saúde, segurança e direitos humanos. São exemplos desses investimentos as pesquisas *A criança, o adolescente e a cidade* (1974) e *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (1976), ambas estabelecendo relações com os processos políticos da época (VASCONCELOS, 2011: 153).

³⁸ O Cedec foi fundado por Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, Eduardo Kugelmas, Marilena Chauí, Perseu Abramo e Francisco de Oliveira.

³⁹ Segundo Vasconcelos (2011), a divergência em torno da questão da sociedade civil se localizava entre a criação de regras formais e institucionais para o estabelecimento da democracia participativa e, por outro lado, a construção autônoma dos movimentos sociais.

estudos realizados, concretizados na forma de pesquisa engajada – pesquisa participante, pesquisa-ação... – e em apoio político por meio de assessoria em educação popular e formação política” (VASCONCELOS, 2011: 155).

Por fim, também faz parte desse processo de transição democrática a criação do Núcleo de Estudos da Violência⁴⁰ (NEV/USP), em 1987. O seu contexto de fundação é razoavelmente diferente daquele em que se localiza os Cebrap e Cedec, tendo em vista que, para este caso, o exército já não se encontrava mais no governo e o desafio político que impulsiona a criação do instituto é outro. Com o fim do regime militar em 1985, as perseguições contra ativistas políticos praticamente desapareceram e os maus-tratos contra presos políticos praticamente já não ocorriam mais. Contudo, as violações de direitos humanos contra cidadãos comuns permaneceram, e entram em cena os esforços para se compreenderem as razões para a persistência desse quadro de violência.

Tendo em vista que o NEV foi criado com uma proposta diferente daquela que motivou o Cebrap e Cedec, ou seja, sua especialidade estava concentrada nos estudos relacionados a violência, segurança pública e direitos humanos, seus fundadores, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Adorno, ambos professores de ciências sociais da USP, concentraram seus trabalhos iniciais tendo em vista tais temáticas. No caso de Paulo Sérgio Pinheiro, seus trabalhos iniciais estabelecem relações entre o autoritarismo das instituições do Estado e o autoritarismo da sociedade. Segundo Vasconcelos (2011), no que diz respeito a essa concepção,

“O ponto central é que, embora a violência organizada por parte do Estado tenha se tornado preocupação da sociedade a partir do momento em que contingentes da classe média são atingidos, ao longo da história brasileira há uma continuidade no emprego da violência arbitrária sobre a população mais pobre, na forma de maus-tratos, tortura ou

⁴⁰ Para uma análise detalhada acerca da trajetória política e intelectual do NEV, ver Vasconcelos (2009).

mesmo degredo e eliminação. Haveria uma ‘perversa semelhança’ entre as práticas policiais apesar das mudanças de regimes políticos” (VASCONCELOS, 2011: 165).

A partir dos trabalhos sobre violência policial, Pinheiro passa a adotar a tese do *autoritarismo socialmente implantado*, a fim de explicar a continuidade da violência na sociedade brasileira. Assim, a iniciativa do NEV converge com essa tese e com o esforço político de fortalecer os controles sobre a atuação do Estado e investir contra a impunidade, unindo a pesquisa sobre violência e o ativismo em direitos humanos⁴¹ (VASCONCELOS, 2011).

⁴¹ O NEV possui uma relação de grande proximidade com a CTV – estudo de caso da presente dissertação – seja por terem um fundador comum, como é o caso de Paulo Sérgio Pinheiro, como também por sempre desenvolverem trabalhos conjuntos, conciliando pesquisa sistemática e ativismo em direitos humanos. Além disto, parte significativa dos recursos financeiros empregados na CTV foram gerados pelo NEV, o que mostra uma relação simbiótica entre as duas entidades, ainda que a CTV tenha sido criada alguns anos antes.

PARTE 2: COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA (CTV): INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CASO

3. O contexto histórico

Em 1983, poucos anos antes de o governo civil reassumir a chefia do Estado brasileiro após a ditadura militar (1964-85), foi fundada a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV). Entidade composta por membros da sociedade civil que em geral mantinham forte atuação a favor da defesa dos direitos humanos e, principalmente, se consideramos o contexto político, em oposição ao governo militar. A primeira metade da década de 1980 já presenciava os finais da transição democrática, o que fez com que os direitos políticos fossem paulatinamente assegurados aos cidadãos. Em 1979, Lei de Anistia já havia sido promulgada. Contudo, a democracia política foi muitas vezes desacompanhada de liberdades civis e direitos sociais, especialmente se considerarmos a realidade de grupos com menor capacidade de organização e atuação.

Nesse contexto histórico a CTV – estudo de caso da presente dissertação – foi fundada, em janeiro, logo após uma ação da Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA)⁴², que entrou no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha a fim de coibir uma rebelião que lá acontecera. Nessa primeira visita estiveram presentes Antônio Cândido, Eduardo Suplicy, Fernando Gabeira, Fernando Milan, Hélio Bicudo, José Gregori, Margarida Genevois, Paulo Sérgio Pinheiro e Severo Gomes. Entre eles havia em comum laços de amizade e convicções políticas semelhantes, ainda que o grupo fosse marcado pela pluralidade de ideias – algo que pode ser sugerido pelas diferentes

⁴² A ROTA faz parte do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

filiações partidárias que possuem. O depoimento de Paulo Sérgio Pinheiro nos concede algumas pistas nesse sentido:

“Basicamente, a CTV foi constituída por um grupo de pessoas que já eram amigas ou se conheciam. O Severo Gomes falou com o Teotônio Vilela, que naquela época já se apresentava como uma figura da oposição. Na condição de relator da Comissão de Anistia, ele visitou as prisões. Neste momento, ele estava se deslocando de um posicionamento político de centro-direita para a esquerda. Quando morreu, ele já era uma figura ligada à esquerda. Nós também falamos com Antônio Cândido, que participou das primeiras visitas; a Margarida Genevois, que era presidente da Comissão Justiça e Paz; o Hélio Bicudo que averiguou o “Esquadrão da Morte”; o Fernando Gabeira, meu amigo; o José Gregori, que realizava a algum tempo um ótimo trabalho na Comissão Justiça e Paz; e também o Padre Agostinho”⁴³.

Os depoimentos de José Gregori e Margarida Genevois também evidenciam uma proximidade pretérita de alguns dos membros, bem como algumas referências que compartilhavam na época. Segundo Gregori:

“A CTV foi uma convocação do Paulo Sérgio Pinheiro. Houve em São Paulo um fato grave, que foi no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, com vítimas. Então o Paulo quis fazer alguma coisa no sentido de voltar os faróis dos direitos humanos especificamente para os estabelecimentos fechados, como prisões, hospícios, ou manicômios, internatos; esta era a especificidade que tinha que ser objeto de vigilância. E me disse, olha eu já falei com algumas figuras no Rio de Janeiro, com o Gabeira, o Hélio Pelegrino, o Severo Gomes, e tinha decidido usar o nome do Teotônio Vilela”⁴⁴.

Para Margarida Genevois,

“O Paulo Sérgio iniciou junto com o Severo Gomes e escolheu pessoas que tinham afinidade e ideais. Depois do contato e das ações que tivemos juntos, criaram-se elos

⁴³ Entrevista concedida por Paulo Sérgio Pinheiro em 18 de setembro de 2009, em São Paulo.

⁴⁴ Entrevista concedida por José Gregori em 30 de março de 2009, em São Paulo.

entre nós. O Severo eu não conhecia, mas depois ficamos muito amigos. Era um grande homem pelo qual eu manifestava grande admiração, um homem fora de série. E todos os outros membros, a Maria Helena, o Bicudo que era da Comissão Justiça e Paz, o Breda, a Maria Ignês, o Gregori. Nós todos ficamos amigos, pelas afinidades de posições e ideais”⁴⁵.

Na esfera política federal, estava em curso o processo de democratização e o país já se preparava para a organização do seu governo civil. No estado de São Paulo, Franco Montoro (PMDB) tomou posse do governo de São Paulo (1983-1986), tendo sido estas as primeiras eleições diretas e livres desde o ex-governador Ademar de Barros em 1963. Montoro já havia sido eleito deputado federal no pleito de 1966 e senador em 1970 e 1977, ambos pelo MDB. O então governador sempre demonstrou forte tradição humanística, influenciado pelos contatos com Alceu Amoroso Lima e Jacques Maritain, este tido como seu mentor intelectual. Uma das grandes medidas implementadas por Montoro está relacionada às condições insalubres a que os presos estavam sendo submetidos no conjunto carcerário do estado. Delegou a José Carlos Dias⁴⁶ a Secretaria de Justiça, e a Secretaria de Segurança Pública foi ocupada por Manoel Pedro Pimentel, Miguel Reale Jr., Michel Temer e Eduardo Augusto Muylaert Antunes, respectivamente, incumbindo-os do que ficou conhecido como “política de humanização dos presídios”⁴⁷.

Essa orientação política deveu-se muito ao papel desempenhado pelos militantes políticos na retomada democrática. O próprio José Carlos Dias atuou como militante durante a década de 1970, tendo sido membro da Comissão Justiça e Paz em momentos posteriores à fundação. O trabalho efetivo desempenhado no sistema

⁴⁵ Entrevista concedida por Margarida Genevois em 27 de março de 2009, em São Paulo.

⁴⁶ José Carlos Dias também foi advogado de pesos políticos durante a ditadura militar.

⁴⁷ As sucessivas trocas na Secretaria de Segurança Pública deveram-se principalmente ao descontentamento manifestado pela opinião pública e pelos agentes de segurança pública acerca da política de Montoro. O último deles, Eduardo Muylaert, acabou por acumular as atribuições da Secretaria de Justiça, após José Carlos Dias ter sido afastado pelas mesmas razões.

prisional englobava a criação de vagas em presídios para reduzir a superlotação, criação das “Comissões de Solidariedade”, composta por presos cuja finalidade era abrir um canal de comunicação entre a direção e os presos, com o objetivo de respeitar os seus direitos, indiretamente, acolher denúncias de maus-tratos e torturas (TEIXEIRA, 2006).

O plano de governo de Montoro foi bastante enfático quanto à reforma da polícia. No documento resumido, a *Proposta Montoro*, havia menções acerca da pouca eficiência da Polícia Civil, especialmente demarcada pela sua estrutura interna autoritária, vulnerável à corrupção, e que causava medo à população. Dentre suas propostas estava a reforma da Corregedoria da Polícia Civil e da cúpula da hierarquia policial. Quanto à Polícia Militar, o objetivo era torná-la mais eficiente e menos violenta, tarefa esta que demandou enfrentamento de problemas político-institucionais, tendo em vista a subordinação desta às forças do Exército (CALDEIRA, 2000: 164).

Entretanto, antes do término do mandato de Montoro, estas políticas de humanização do ambiente carcerário foram desativadas, em razão das reações contrárias desencadeadas principalmente pelos profissionais que compunham os quadros administrativos da segurança prisional, como os juízes e guardas. Não foram poucos os recursos utilizados para evidenciar e contrariar as medidas adotadas por José Carlos Dias. Segundo Góes (1991), motins estimulados por guardas das penitenciárias (idem, p. 30), dificuldade administrativa de juízes cumprirem o Novo Código de Execuções Criminais⁴⁸, ao criarem barreiras ao direito de revisão de penas e à possibilidade de atribuir benefícios aos presos (ibidem, p. 31) e, talvez o fato mais contundente, a divulgação da existência de uma organização criminosa, os “Serpentes Negras”, que atuaria com apoio de certos setores do governo estadual, foram elementos que compuseram o cenário (ibidem, p. 33). Em 1986, em meio à campanha para eleições

⁴⁸ Publicado em 13 de julho de 1984, o Novo Código de Execuções Criminais trouxe medidas como a possibilidade de cumprimento de penas fora da prisão e regulamentava o trabalho dos presos na prisão.

municipais, delegados de polícia assinaram manifesto criticando publicamente a política de segurança de Montoro.

Na área da segurança pública, o governo Montoro procurou dar continuidade aos sucessos que a militância em direitos humanos vinha adquirindo, ainda que a sua realização mais ampla estivesse por depender da inserção destes ideais no aparelho burocrático do Estado. A luta pelas liberdades democráticas ocorrida nos anos mais opressivos do regime militar passou por certa reorientação em suas táticas e propósitos, buscando assim uma inserção sistemática de seus objetivos na administração democrática do Estado.

Franco Montoro foi formado na tradição do humanismo cristão, que, apesar de não ser institucionalmente coligada à Arquidiocese de São Paulo, partilhava de preceitos semelhantes. Analistas e memorialistas ressaltam bastante a influência da Ação Católica (AC) e de Jacques Maritain na educação intelectual de Montoro. Com a AC, prevaleceu em Franco Montoro a expectativa de tomar decisões, inclusive no âmbito governamental, a partir de círculos de discussão de grupos de trabalho (cf. LIMA, 2009). Na mesma passagem, Lima faz a referência de duas citações de Maritain que eram amplamente utilizadas pelo então governador do estado, observadas como referências de sua conduta e que foram transcritas da biografia de Maritain editada por Pedro Cavalcanti (cf. MONTORO, 2000). Em uma delas, fala-se sobre a finalidade e a tarefa da sociedade política, qual seria a de “melhorar as condições de vida humana e promover o bem comum da população de tal forma que cada pessoa concreta [...] possa realmente atingir aquele nível de independência que é próprio à vida civilizada” (MARITAIN *apud* LIMA, 2009: 27).

Além do mais, dois discursos proferidos por Franco Montoro na Câmara dos Deputados, publicados no Diário do Congresso Nacional respectivamente em 1959 e

1961, são igualmente testemunhos dessas influências. O primeiro deveu-se à sua participação no Congresso Internacional da Democracia Cristã, ocorrido em Lima, Peru, no mesmo ano. Sua principal inquietação naquele momento foi a inconsistência encontrada nos regimes capitalista e comunista. Segundo Montoro, “o capital é um dos elementos que integram a atividade econômica. Acima do capital, ou ao lado dele, existem outros valores. E acima deles, certamente, se encontra o valor humano” (MONTORO, 2009: 93).

No segundo discurso, realizado em 1961, Montoro vem a público na ocasião da publicação da Declaração de Curitiba nos anais da Câmara, documento firmado na convenção do Partido Democrata Cristão. Neste, ele especifica com maior clareza os princípios sobre os quais a democracia cristã estaria ancorada, posicionando-a como uma terceira corrente ideológica, que se opõe tanto ao capitalismo – que nega a justiça – quanto ao comunismo – que nega a liberdade. A democracia cristã ratifica a “dignidade pessoal do homem como valor fundamental da ordem econômica, social e política”, assim como “proclama a necessidade de um esforço contínuo de humanização de todos os setores da vida social” (MONTORO, 2009: 103)⁴⁹.

Portanto, o humanismo cristão foi realmente uma das principais motivações políticas do governo Montoro, fato que sugere a importância atribuída pelo governo à participação de parcelas da sociedade mais atuantes e de seus ideais para a reconstrução democrática.

No interior das prisões, as condições de trabalho dos guardas, carcereiros e também dos presos era bastante precária. Entre 1976 e 1986, a população carcerária aumentou em cerca de 40% no estado de São Paulo, se somarmos a rede da Secretaria

⁴⁹ Os discursos de Franco Montoro constam no Diário do Congresso Nacional e foram republicados na coletânea de memórias organizada pela Câmara dos Deputados, cuja seleção de textos foi realizada por Jorge da Cunha Lima.

de Justiça e as cadeias públicas. No mesmo período, não houve construção de novas unidades prisionais (SALLA, 2007: 74). O resultado foi a superlotação do sistema carcerário do estado.

Haja vista esse contexto, quando as medidas para humanizar as prisões passaram a ser elaboradas, a sua implementação sofreu grande oposição de muitos setores da sociedade. Juízes, guardas e a grande imprensa arquitetaram (separadamente ou não) ações que visavam a desestabilização e o recuo do projeto de humanização dos presídios (TEIXEIRA, 2006). O excerto que segue é parte de um manifesto elaborado pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, que veio a público em 4 de outubro de 1985, e serve de referência para compreender a oposição gerada em meio ao sistema de justiça criminal:

“Os tempos atuais são de intranquilidade para você e de total garantia para os que matam, roubam, estupram. A sua família é destroçada e o seu patrimônio, conseguido à custa de muito sacrifício, é tranquilamente subtraído. E por que isto acontece? A resposta você sabe. Acreditando em promessas, escolhemos o governador errado, o partido errado, o PMDB. Quantos crimes ocorreram em seu bairro e quantos criminosos foram por eles responsabilizados? Esta resposta você também sabe. Eles, os bandidos, são protegidos pelos tais ‘direitos humanos’, coisa que o governo acha que você, cidadão honesto e trabalhador, não merece” (CALDEIRA, 2000: 347).

4. Os membros fundadores

A CTV foi criada por pessoas que tinham razoável notoriedade em diversos campos de atuação na sociedade brasileira. Parte da relevância que os trabalhos da entidade manifestaram nas suas ações adveio das trajetórias pessoais que cada um deles adquiriu ao longo de suas atividades políticas e da resistência ao regime militar. Desses, alguns ficaram conhecidos pelos trabalhos de base que desenvolveram, outros pelas

atuações em cúpulas governamentais ou pelos trabalhos realizados na universidade, enquanto intelectuais.

Assim, o nome da entidade foi uma homenagem a um de seus membros, Teotônio Brandão Vilela. Natural de Viçosa (AL), onde cursou os primeiros estudos, ele frequentou as faculdade de Engenharia (Recife) e Direito (Rio de Janeiro). Abandonou ambas as faculdades e retornou a Alagoas para trabalhar com o pai e parentes no cultivo de terras, gado e também como dono de uma usina de açúcar.

Iniciou na vida política no pleito de 1954 quando foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN); em 1960, foi eleito vice-governador de Alagoas. Teotônio Vilela por muitas vezes manteve posições politicamente ambíguas com relação às suas filiações partidárias e convicções ideológicas. Após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República, ele se posicionou favoravelmente à manutenção da democracia no Brasil. Também apoiou a posse de João Goulart na presidência, mas, em 1964, participou do movimento que pretendia depô-lo, pois considerava que o então presidente estava arriscando as instituições democráticas brasileiras.

Foi filiado à Arena – Aliança Renovadora Nacional (partido de apoio ao governo militar) – e elegeu-se senador no pleito de 1966. No período deste mandato atuou como titular nas comissões de Economia, Agricultura, Redação, Ajustes Internacionais, Legislação sobre Energia Atômica e de Indústria e Comércio.

Em 1974, durante o governo Geisel, Teotônio Vilela realizou discursos contra os instrumentos repressivos utilizados pelo governo militar, como o AI-5, e deferiu críticas contra seu partido, o Arena, pelo comportamento passivo diante das ações governistas. A ênfase de seus pronunciamentos contra as ações governistas, em favor da democracia, lhe legou o nome de “Peregrino da Democracia”. Em 20 de abril de 1977, Teotônio

Vilela foi aplaudido pela bancada do MDB durante um discurso proferido contra a eleição dos senadores eleitos indiretamente, os ditos “senadores biônicos”.

A expectativa de disseminar os valores democráticos o levou a realizar inúmeras viagens e pronunciamentos pelo Brasil, com o intuito de mobilizar personalidades e entidades em torno da elaboração de um projeto de institucionalização da democracia política.

Em abril de 1979, Teotônio Vilela ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB); suas ações, agora no contexto da “abertura política”, se iniciaram com a presidência da comissão que estudava o projeto de anistia encaminhado pelo governo ao Congresso. Após visitar os presos políticos, reeditou o projeto de anistia do governo, até que este foi aprovado em 28 de agosto de 1979.

Com o surgimento de vários partidos políticos durante o ano de 1980, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em que defendeu a disseminação dos partidos de oposição.

Mesmo quando muito doente, participou, em 1983, da campanha “Diretas Já” e da defesa da greve dos operários metalúrgicos do ABC paulista. Em maio do mesmo ano, foi à Cadeia de Campinas, junto com Severo Gomes, Eduardo Suplicy, José Gregori, Paulo Sérgio Pinheiro, João Baptista Breda, Maria Helena Gregori e Agostinho Duarte para averiguar denúncias de mortes e maus-tratos na Cadeia Pública de Campinas, compondo assim a Comissão que levaria seu nome. Em 27 de novembro de 1983, Teotônio Vilela faleceu em Maceió.

A CTV teve como um de seus grandes idealizadores o professor e pesquisador Paulo Sérgio Pinheiro. Reconhecidamente um grande defensor dos direitos humanos, ele dispõe de larga notoriedade acadêmica, além de ter ocupado cargos em importantes comissões nacionais e internacionais na luta pela proteção dos direitos humanos.

Sua trajetória acadêmica é marcada por fatos como a fundação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) em 1989, importante centro de pesquisa para a área de violência e direitos humanos. Além de ter vasta publicação na área, lecionou em diversas universidades pelo mundo, como na Brown University, onde foi professor-adjunto de relações internacionais do Watson Institute for International Studies; na Columbia University; Oxford University e École de Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. Na Universidade de São Paulo, ele aposentou-se como professor titular junto ao departamento de ciência política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

A sua atividade acadêmica sempre foi acompanhada pela participação em importantes ações na proteção dos direitos humanos pelo mundo. Ele foi membro comissionado e Relator da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, Organização dos Estados Americanos, OEA, Washington. Entre os anos de 2004 e 2007, foi membro do grupo de consultores internacionais do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, ICRC, em Genebra. Atualmente, Paulo Sérgio integra a Comissão Nacional da Verdade (criada em 2011 e instituída em 2012) e é presidente da Comissão Internacional de Investigação para a Síria da ONU.

Em 2003, Pinheiro foi indicado pelo Secretário-Geral da ONU como especialista independente, para preparar um estudo em profundidade sobre violência contra crianças, para o qual ele visitou 45 países. Pinheiro também ocupou o cargo de Relator Especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos em Burundi de 1995 a 1998 e em Myanmar de 2000 a 2008. Ele também foi membro da extinta Sub-Comissão para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos da ONU.

No Brasil sua luta na proteção dos direitos humanos foi igualmente intensa. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, ocupou o cargo de Secretário

Especial de Direitos Humanos e também foi relator dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, lançados em 1996 e 2002.

Também fez parte da CTV desde a sua fundação o ex-senador Severo Fagundes Gomes, que sempre buscou conciliar as carreiras de industrial e administrador, que lhe proporcionavam abastada fortuna, com a de político. Com a carreira política iniciada durante o governo militar de Castelo Branco (1964-67), Severo Gomes manteve seu posicionamento crítico ante o governo em que exercia funções administrativas, fato que o levou a desenvolver a luta pelos direitos humanos junto a instituições como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), OAB e ABI. O seu cargo possibilitou que atuasse como interlocutor entre os representantes públicos e a sociedade civil diante das violações cometidas pelos aparelhos repressivos do Estado.

Em 1977, agora fora do cargo governamental, Severo Gomes liderou setores empresariais visando à ampliação das liberdades democráticas, iniciativa que perdurou até o retorno à democracia. Em 1982, já no processo de abertura política, foi eleito senador democraticamente pelo PMDB.

Mesmo contido pelo seu jeito tímido e discreto, Severo Gomes apoiou avidamente Franco Montoro nos comícios das “Diretas Já”. Dentre seus parâmetros políticos, nota-se também sua pertinente luta em defesa da autonomia brasileira perante a comunidade internacional.

Nos anos de 1970, Severo foi a São Bernardo do Campo, acompanhado de Fernando Henrique Cardoso e Teotônio Vilela, prestar solidariedade aos operários que lá protestavam. Sua inquieta luta pelos direitos dos povos indígenas foi largamente disseminada, agregando interesses e militantes no movimento que recebeu o nome de Ação pela Cidadania. Neste episódio de sua militância, ele se posicionou em prol dos

Yanomamis e das aldeias locais da Raposa Serra do Sol. Severo Gomes morreu vítima de um acidente de helicóptero que também matou Ulisses Guimarães.

Margarida Genevois é uma das poucas mulheres que ainda fazem parte das atividades da CTV. Militante pelas minorias, por refugiados e desfavorecidos, nasceu em 1923 e desde muito cedo se comprometeu com os problemas condizentes à desigualdade social no Brasil. Em 1944, trabalhando como assistente social, desenvolveu importantes realizações na Fazenda São Francisco, localizada em Campinas. Englobando uma comunidade de aproximadamente 2.500 pessoas, composta por mulheres de operários, ela desenvolveu trabalhos de puericultura com a finalidade de orientar mães no tratamento com os filhos, atendimento ambulatorial, distribuição de remédios e alimentos.

A militância de Margarida Bulhões Pedreira Genevois acentuou-se durante a ditadura militar brasileira. Nesse período, a convite de Dom Paulo Evaristo Arns, ela iniciou os trabalhos da Comissão Justiça e Paz. A demanda de tarefas não remuneradas, muitas vezes onerosas, tinha como pedra de toque a luta pela proteção dos direitos humanos. Nos seus longos anos de atuação, abrigou refugiados políticos vindos de outros países e atuou em segmentos de monitoramento das violações de direitos humanos na América Latina, Central, e principalmente no Brasil.

Ainda na perspectiva do regime militar, Margarida Genevois integrou o grupo da Comissão Teotônio Vilela a convite de Paulo Sérgio Pinheiro, e iniciou os trabalhos no momento da fundação para averiguar o massacre ocorrido no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha.

Além da Comissão Justiça e Paz e da Comissão Teotônio Vilela, Genevois participou de outros Conselhos e Comissões, grupos estes em que intentou materializar suas convicções de reconstrução da normalidade democrática e universalização dos

direitos humanos. Dentre eles estão: Conselho Nacional de Direitos da Mulher (1984-1988), Conselho da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância (IEA/USP), Conselho de Direitos Humanos da USP (1998). Atualmente, ela trabalha na consolidação da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RBEDH), viabilizando os projetos de implementar a educação em direitos humanos na escola.

Nesse mesmo quadro social e político, José Gregori (jurista e embaixador) iniciou suas atividades contra o regime militar e, simultaneamente, de promoção e proteção dos direitos humanos. Seu entendimento pela ideia de democracia fez dele um membro de diversos grupos e comissões de afronta ao regime militar. Sejam pelas reuniões informais em sua casa ou de amigos, ou também na Comissão Justiça e Paz, suas convicções o levaram a discutir amplamente as tendências repressivas do governo e a conceder suporte a refugiados e às vítimas (e a seus familiares).

Participou da criação do grupo que, por iniciativa de Dom Paulo Evaristo Arns, veio a se tornar a Comissão Justiça e Paz, entidade da qual foi presidente entre os anos de 1972 e 1982. Nesse período sua vida era cercada de ameaças deferidas pelos aparelhos repressivos do governo militar. Apesar de não ter sofrido nenhum tipo de “agressão”, foi obrigado a restringir seus passeios e convívios sociais. Mesmo convivendo com o constante clima de ameaça, em 1978 apoiou a greve de metalúrgicos do ABC paulista; na ocasião, cerca de 3.000 pessoas integravam o movimento grevista. Em 1983, a convite de Paulo Sérgio Pinheiro, integrou a Comissão Teotônio Vilela para averiguar o caso do Manicômio Judiciário de Franco da Rocha, tornando-se assim um de seus membros fundadores.

Durante o governo democrático, José Gregori ocupou cargos importantes em secretarias e ministérios. Em 2000, assumiu o Ministério da Justiça, momento em que

iniciou trabalhos sistemáticos de incorporação dos direitos humanos nas atribuições do governo e, especialmente, de resgate da memória dos acontecimentos do regime militar. Também foi um dos responsáveis pela criação da instituição que hoje é a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em 1996, foi nomeado pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, para coordenar o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), iniciativa que o governo brasileiro acatou das discussões no Congresso de Viena.

Além disso, foi chefe de gabinete nos ministérios da Reforma Agrária (1987), Previdência Social (1988) e Economia, Fazenda e Planejamento (1992).

Em seu trabalho como embaixador, colaborou para a recepção dos tratados internacionais de direitos humanos no governo brasileiro. Entre os anos de 1995 e 1998, participou de inúmeras delegações e missões destinadas à promoção da justiça, igualdade e direitos. Atualmente, José Gregori é presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos – órgão vinculado à prefeitura de São Paulo –, onde realiza trabalhos de monitoramento, denúncia e investigação de graves violações de direitos humanos ocorridas na cidade de São Paulo, e é membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e da Comissão de Direitos Humanos da USP.

É importante também a participação de Hélio Bicudo na CTV. Não por acaso, ele iniciou as atividades de escrita do *Minhas Memórias* (BICUDO, 2004) a partir de sua participação na investigação do inquietante caso do *Esquadrão da Morte*. Diante da repercussão deste episódio da história brasileira, Bicudo se tornou referência nos assuntos dos direitos humanos e no árduo trabalho que a proteção destes reivindica.

Nascido em 5 de julho de 1922 na cidade de Mogi das Cruzes, Hélio Pereira Bicudo exerceu as carreiras de jurista, parlamentar e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT). Exerceu dois mandatos parlamentares no Congresso Nacional e foi

também Promotor Público do Estado no Ministério Público, de onde realizou as investigações do Esquadrão da Morte.

Desde 1968, quando se iniciaram as mortes provocadas pelo Esquadrão que detinha a tutela do então governador, Abreu Sodré, o jurista assumiu responsabilidades de averiguação dos extermínios. Em 1969, mediante representação feita junto ao Colégio de Procuradores de Justiça do Estado, foram dados os primeiros passos que decretaram o seu subsequente envolvimento.

Seus esforços foram disseminados em diversos segmentos da arena pública; nas confrontações diretas com autoridades políticas e agentes da ordem repressiva; exaustivas imposições de censura, que culminaram em limitações de seus trabalhos, afastamentos, invasões noturnas a sua casa e na dificuldade para a publicação de *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, cuja primeira edição foi publicada em 1976.

Contando com a colaboração da família Mesquita (proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*), da leal atividade política de André Franco Montoro⁵⁰ e do ativismo de Dom Paulo Evaristo Arns, todos eles parceiros na defesa dos direitos humanos e, neste caso, na integridade física de Hélio Bicudo, formaram alicerces neste caminho percorrido. Em sua autobiografia, Bicudo não deixa de mencionar o apoio incondicional de sua família.

Os embates que caracterizaram esta fase de seus trabalhos na promotoria pública repercutiram na Itália, mediante a articulação de Mario Lorenzi, empresário e antigo membro do Partido Socialista Italiano que atuou na resistência aos nazistas na Segunda Guerra Mundial; as investigações de Bicudo também obtiveram circulação no Leste Europeu.

⁵⁰ Na ocasião, Franco Montoro era Senador pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e deferiu pronunciamentos no parlamento em defesa de Hélio Bicudo após o seu afastamento do caso. Também tornou públicas as retaliações que o advogado vinha sofrendo, seja por intermédio de invasões em sua residência e escritório, ou pelas desmedidas condutas da Receita Federal sobre seu imposto de renda.

Perseguições por carro no Rio de Janeiro e na Avenida Anhanguera, em São Paulo, são outras modalidades de pressões sofridas pelo ativista Hélio Bicudo. Ainda assim, os trabalhos foram prorrogados até 1977. Em 1979, Hélio Bicudo deixou o trabalho no Ministério Público, passando a exercer advocacia e, em 1980, iniciou sua carreira político-partidária no PT, visando as eleições municipais.

Nesse momento observava-se a multiplicação das instituições de proteção aos direitos humanos, que herdaram as conquistas obtidas durante o período ditatorial pelos presos políticos. Em 1983, Hélio Bicudo colaborou na fundação da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, bem como ingressou na Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Seus trabalhos na área se estenderam também a membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, cargo que lhe concedeu grande notoriedade e recursos para disseminar os direitos humanos pela América.

Em 1996, Hélio Bicudo foi designado pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ocasião que empreendeu esforços na implementação do Tribunal Interamericano, destinado ao julgamento dos casos de Corumbiara e Eldorado de Carajás⁵¹.

Há que se constatar também seu engajamento com os assuntos da Igreja Católica. Realizou intervenções direcionadas à punição deferida contra Leonardo Boff e ao controle das funções de Dom Paulo Evaristo Arns.

Dos membros da CTV, aquele que talvez mais tenha se aproximado dos trabalhos de base foi Agostinho Duarte. Nascido e criado no seio de família de classe média, Agostinho passou a trabalhar aos 28 anos com pessoas em situação de rua com o intuito de proporcionar uma condição de existência mais digna a elas.

⁵¹ A defesa dos direitos da população rural foi fato candente na trajetória de Hélio Bicudo. O pano de fundo deste ativismo estaria centrado na sua militância pela reforma agrária.

Permaneceu em São Paulo, na Organização de Auxílio Fraternal (OAF), até 1959, quando se mudou para Recife e continuou os trabalhos com meninos de rua; neste momento, entrou em contato com a situação de jovens encarcerados que eram submetidos a práticas de tortura e maus-tratos na cadeia.

Alguns anos depois, em 1961, ingressou no convento de São Bento, em São Paulo, com o intuito de se tornar monge. Desde então, conciliou os estudos religiosos com a militância, inicialmente versada na reivindicação de explicações acerca do *Esquadrão da Morte* e trabalhando com presos correccionais no Presídio Tiradentes. Permaneceu com os trabalhos no presídio até a interrupção forçada em razão de desentendimentos com Sérgio Fleury, um dos líderes do *Esquadrão da Morte*. O Padre Agostinho Duarte chegou a ser perseguido pelos homens do Fleury, sob acusação de subversão.

Em 1971, começou a trabalhar no Recolhimento Provisório de Menores (RPM) com menores infratores, onde procurou estabelecer diálogo com os presos. Após isto, mudou-se para Ribeirão Preto, em 1973, para averiguar a notícia da existência de uma delegacia que funcionava na ilegalidade destinada ao aprisionamento de menores e adolescentes. Visando o desmantelamento desta instituição, passou a coordenar a criação de uma “casa” para a qual os jovens seriam transferidos e ficariam em regime aberto.

Em 1976, foi um dos fundadores e presidente do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo, em Osasco; em meio aos trabalhos no Centro, também colaborou com a realidade dos presos da Cadeia Pública. Em 1983, após conhecer Paulo Sérgio Pinheiro, participou da fundação da Comissão Teotônio Vilela e se tornou o coordenador nacional da Pastoral Carcerária. Atualmente continua

na militância dos Direitos Humanos em Ribeirão Preto e atuando como membro da CTV.

Da fundação da CTV também participou Eduardo Suplicy, cuja carreira política é do conhecimento de muitos. Sua participação nos poderes legislativos, seja como Vereador de São Paulo, ou como representante na Assembleia Legislativa e no Congresso Federal, foi pautada em todos os momentos pela reivindicação da transparência orçamentária nos órgãos públicos, promoção da igualdade social, democratização social e política.

Em 1964, concluiu curso de graduação pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), em São Paulo. Logo em seguida, iniciou trabalhos junto ao escritório de seu pai que perduraram até o ano de 1966, quando se tornou professor no Departamento de Economia da EASP/FGV.

Suas funções de professor foram interrompidas em virtude do seu ingresso no programa de mestrado em economia da Universidade Estadual de Michigan, que concluiu em 1968. Feito isto, retornou ao Brasil para dar continuidade ao seu cargo de professor na EASP/FGV. Em 1973, Eduardo Suplicy doutorou-se em economia pela Universidade Estadual de Michigan.

Após este período de estudos, iniciou trabalhos na redação dos jornais *Última Hora* (1974) e *Folha de S. Paulo* (1976). Os textos por ele escritos permitiram a divulgação de seus trabalhos e ideias, concedendo-lhe razoável popularidade. Aproveitando este oportuno momento, participou do pleito de 1978 para o cargo de Deputado Estadual, filiado ao partido de oposição ao regime militar, o MDB. Nas atribuições de seu cargo, dedicou-se à busca de esclarecimentos sobre o paradeiro de presos políticos e à campanha por eleições livres e diretas.

Iniciada a transição democrática, Suplicy participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Em 1984, já no cargo de deputado federal (eleito em 1980), votou favoravelmente à emenda Dante de Oliveira, que seria o mecanismo legal instaurador das eleições diretas para presidente da República. Por causa da derrota da emenda na Câmara dos Deputados, o ano seguinte foi contemplado pela eleição indireta de João Baptista Figueiredo.

Teve importante atuação na averiguação de massacres ocorridos no interior de instituições de reclusão. Ele participou da primeira intervenção da CTV no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha e, no exercício de suas funções públicas, Suplicy realizou diversas ações para esclarecer o massacre de Eldorado de Carajás, em 1996.

Após ser eleito Senador em 1990, participou de comissões internas e foi autor de projetos que visaram a transparência pública dos gastos orçamentais. Outra grande realização sua foi o Projeto de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que prevê uma determinada renda aos cidadãos que possuem ganhos salariais reduzidos.

Seu PGRM serviu de inspiração para diversos municípios elaborarem políticas públicas que previam adicionais de renda às famílias mais necessitadas. Conhecido como Bolsa-Família, este programa enviou tal distribuição de renda sob os aspectos da promoção da educação infantil.

Como parlamentar, também atuou ativamente na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as denúncias de corrupção do governo de Fernando Collor.

Realizou campanhas pela redução da violência no campo (1991) e junto a organizações da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), defendeu a realização da reforma agrária.

Além dos membros aqui mencionados, também fizeram ou fazem parte da CTV Fernando Gabeira, José Baptista Breda, Hélio Pelegrino, Maria Helena Gregori,

Marilena Chauí, Radhá Abramo, Antônio Cândido, Emir Sader, Jocélio Drummond, Maria Ignês Bierrenbach, Maria Tereza Rocha de Assis Moura, Paulo Maldos, Fernando Milan e Glauco Pinto de Moraes.

5. Os casos acompanhados

Em 13 de maio de 1983, a Comissão Teotônio Vilela realizou visita à Cadeia Pública de Campinas; nesta, constatarem-se inúmeros fatos de desrespeito às regras mínimas de tratamento dos presos, contidas nas convenções internacionais de proteção de direitos. Inicialmente, a CTV observou a presença de um cassete de madeira na mesa do diretor, justificado como artefato que imporia respeito no local. Iniciada a visita nas dependências da cadeia, os membros da CTV testemunharam a superlotação naquele estabelecimento. À época da visita, havia 500 pessoas detidas, sendo que a capacidade máxima era de 380 vagas.

Nessa ala, alarmaram-se diante do convívio de presos portadores de doenças infectocontagiosas, como as de transmissão por contato sexual. O presídio não apresentava programas de tratamento terapêutico, assistência médico-odontológica e atividades capazes de assegurar a convivência pacífica e sociabilidade integradora entre os internos.

As precárias condições de vida e a violência disseminada tanto entre os internos quanto dos carcereiros entre os presos não eram recentes, pois antecederam a visita da CTV em 1983. No mês de julho de 1980, dois presos que dividiam cela forte com outros internos morreram em decorrência de uma bomba de gás lançada contra a cela. O incidente foi uma tentativa de retaliação por causa de uma tentativa de fuga. Em

setembro de 1981, cinco presos foram metralhados e 80 feriram-se durante uma rebelião (PINHEIROS & BRAUN, 1986).

A administração do presídio, em meio às denúncias de tortura e maus-tratos, não tomou a iniciativa para averiguar os fatos ou coibir a repetição de acontecimentos semelhantes no futuro. Diante destas constatações verificadas na visita, a CTV pediu a intervenção da assistência jurídica para investigação da situação dos presos (idem: 25). Declarou também que a Cadeia Pública de Campinas não possuía condições de funcionamento em razão da superpopulação e da falta de estrutura para os presos. Quanto à Cadeia Correcional, foi recomendada a sua “imediata desativação, pois é inaceitável que um esgoto coberto abrigue menores e adultos incomunicáveis, ao arpejo de qualquer preceito constitucional ou legal” (idem: 25).

Chegando à Cadeia Pública de Campinas: Flávio Lamas, Cecê Afonso Ferreira, deputado João Cunha, Teotônio Vilela, Severo Gomes, gal. Antonio Carlos de Andrada Serpa (encoberto), prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. 13.5.1983

Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio; BRAUN, Eric (Orgs.). *Democracia x violência: reflexões para a constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 163.

O caso da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté foi também avaliado pela Comissão Teotônio Vilela, em face das denúncias que lhe foram encaminhadas. A CTV procurou, assim, realizar uma visita ao local e, no dia designado, o Senador Severo Gomes telefonou para o diretor do presídio, Tarcízio Leonce Pinheiro Cintra, que se recusou a atendê-los, alegando depressão. A autorização da visita ficou então sob responsabilidade do Secretário da Justiça Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

A autorização foi negada aos membros da Comissão, que, ainda assim, decidiram visitar o presídio no dia 4 de março de 1983. Por meio de portaria baixada pelo Secretário de Justiça, a Comissão foi impedida de entrar em qualquer estabelecimento penitenciário do estado de São Paulo, inclusive a Casa de Custódia de Taubaté, que naquela ocasião era o local pretendido para a visita.

Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio; BRAUN, Eric (Orgs.). *Democracia x violência: reflexões para a constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 162.

Foi quando a CTV se manifestou abertamente, publicando na *Folha de S. Paulo* um relatório que descreveu a situação enfrentada no presídio. Ao iniciar um debate dessa natureza, o envolvimento e a participação da sociedade civil passam a ser decisivos como forma de efetivação da democracia e da limpeza dos mecanismos autoritários presentes nos aparelhos do Estado que viabilizaram a portaria do Secretário de Justiça.

O posicionamento da CTV foi bastante contundente neste momento, tendo direcionado críticas ao Secretário de Justiça e se defendendo de críticas mencionadas na portaria, como aquela que a classifica de “pretensos e autodesignados representantes da comunidade” (PINHEIRO & BRAUN, 1986: 39). No relatório publicado pela CTV, há a menção de que o Secretário de Justiça “ofendeu uma penada de entidades que têm contado na luta democrática e na mobilização da sociedade pelos direitos civis”. Além disto,

“vedou o acesso a uma instituição pública, a um senador e a um deputado estadual que carregam atrás de si quase três milhões de votos diretos; do presidente da Comissão Justiça e Paz; de um membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB e de um padre membro da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados” (idem: 39).

O Secretário também fez acusações contra a CTV de que ela atrapalhava a rotina das prisões e que o ideal seria mantê-la sob a salvaguarda dos seus funcionários. Por fim, a CTV encerra o relatório a partir do seguinte argumento:

“[...] o livre acesso a todas as informações sobre quaisquer instituições financiadas com impostos do contribuinte é um requisito da democracia. Especialmente no caso das instituições totais, sob o controle do Estado, tais como os manicômios, as penitenciárias,

as casas de custódia, os presídios para menores, a sua transparência é essencial para que possam ser transformados e superados. Já está amplamente comprovado que a retaliação do Estado sobre cidadãos indefesos, como os condenados da Justiça, ‘doentes mentais’ e menores infratores, não tem nenhuma eficácia na luta contra o crime e a violência. Nenhuma instituição total tem condições de preparar nenhum cidadão para a vida numa cidade livre – a privação total da dignidade humana não é um caminho para a cidadania” (PINHEIRO & BRAUN, 1986: 41).

No dia 15 de março de 1983, Manoel Gonçalves Ferreira Filho deixou o cargo na Secretaria de Justiça, sendo sucedido por José Carlos Dias. Em abril do mesmo ano, a convite de Dias, a CTV retornou para a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté a fim de realizar uma visita⁵². Nesta, muitos problemas puderam ser constatados. Além de uma tentativa da administração local de “preparar” o lugar para a chegada dos membros da Comissão e da imprensa, notou-se emprego de critérios arbitrários para a administração dos medicamentos para os detidos, falta de critérios acerca da divisão das tarefas da oficina interna, problemas de higiene pessoal dos presos, escassez de banhos de sol e dificuldade de comunicação com parentes (idem: 42-43).

As recomendações feitas pela CTV se pautaram pela resolução dos problemas puramente organizacionais da prisão, como banho de sol e comunicação externa, e também pelo estabelecimento de vínculo com a Universidade de Taubaté para dar conta de melhorar o local.

Os problemas da Casa de Custódia de Taubaté se tornaram recorrentes e podem ser percebidos até os dias atuais. No dia 15 de novembro de 2008, 240 presos realizaram uma rebelião na tentativa de uma fuga em massa. Em função deste episódio, deputados estaduais ligados à Frente Parlamentar de Apoio dos Municípios do Vale do Paraíba,

⁵² José Carlos Dias permaneceu no cargo de Secretário de Justiça até junho de 1986. Nomeado por Franco Montoro, um de seus objetivos foi colocar em prática a “política de humanização dos presídios”, que visava melhorar as condições dos detidos no estado de São Paulo a partir de noções de direitos humanos.

Litoral Norte e Mantiqueira visitaram o presídio no dia 9 de março de 2009. Nesta, detectaram indícios de superlotação, atendimento precário aos presos, infraestrutura deficiente e desvios de funções entre funcionários.

Em janeiro de 1984, duas internas da Colônia Feminina do Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha (Hospício do Juquery) foram encontradas mortas no pátio expostas ao Sol e com graves queimaduras. De acordo com o laudo do Instituto Médico Legal (IML), uma dessas mulheres, a Jovita, faleceu em decorrência de infarto, e as suas queimaduras pelo corpo foram decorrência de sua queda no chão, onde não se sabe por quanto tempo permaneceu. A outra mulher, segundo a perícia, morreu de infecção sanguínea causada por queimadura.

Diante de tais constatações, a CTV se dirigiu à direção do Hospital reivindicando esclarecimentos sobre os casos. Em conversa com os médicos, estes mencionaram a dificuldade em trabalhar no local pelas precárias condições materiais, falta de verbas e funcionários, assim como pela utilização de recursos terapêuticos que traziam pouco ou nenhum benefício para as internas.

Os pacientes, por sua vez, apontaram para a falta de higiene nas celas e no pátio, a inexistência de práticas de convívio e a falta de critérios na alimentação e vestimentas (muitas são obrigadas a ficar nuas).

Dentre as reivindicações da Comissão ao diretor do hospital estavam a proibição do tratamento de choque e o uso de uma política de medicamentos mais adequada⁵³. No relatório da CTV (PINHEIRO & BRAUN, 1986: 47) sobre esse caso, há duas menções positivas acerca da recepção que a CTV teve por parte da gestão do hospital. Uma delas se refere à conversa com o então diretor do Juquery, Dr. Joaquim Alho Filho, quando

⁵³ Um dos membros da CTV, João Baptista Breda, tinha importante participação em casos como este, uma vez que ele é médico psiquiatra.

ele mencionou o seu esforço em implementar a terapia ocupacional na Colônia que, “embora apreciada pelos pacientes, parece não encontrar apoio entre funcionários e médicos. Falou-se também da supressão da cela-forte [...] e da dificuldade de impedir o eletrochoque”.

Também esteve presente na visita da CTV o Coordenador de Saúde Mental do estado, Dr. Marcos Ferraz. Ele declarou que “os problemas só terminarão quando instituições como o Juquery não mais tiverem razão de ser, podendo ser fechadas porque outras formas de atendimento, sobretudo as preventivas, terão sido criadas” (idem: 48). O relatório da Comissão termina mencionando que

“o atual governador do Estado defende uma gestão democrática, fundada, entre outros valores, nos direitos humanos. Foi gratificante para a Comissão Teotônio Vilela a sensibilidade demonstrada pelo governador Franco Montoro para apurar essas denúncias. Temos que registrar sua visita ao Juquery, inédita na história das crises desse estabelecimento, que nos dá esperança de que um projeto humanizante e democrático, minimamente moderno e eficaz, será efetivamente realizado na área da saúde mental” (idem: 48)⁵⁴.

Em 5 de fevereiro de 1989, 18 detentos morreram e 13 ficaram feridos no 42^o Distrito Policial, localizado no Parque São Lucas; após uma tentativa frustrada de fuga, 50 pessoas foram confinadas em uma cela, dentre as quais 18 morreram asfixiadas, conforme indica o laudo do exame de corpo de delito. Dos envolvidos, três foram processados criminalmente e submetidos a júri popular. Dentre eles estão o carcereiro, que foi condenado à pena de 45 anos; o investigador, que na ocasião foi condenado a 516 anos de prisão e, por recurso da defesa, teve pena reduzida para 54 anos, mas

⁵⁴ O Hospital Juquery foi fechado em 2006.

conseguiu um novo julgamento, que foi marcado para setembro de 1998; o delegado, que foi julgado e absolvido pelo tribunal do júri.

Em fevereiro de 1989, foi apresentada denúncia junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA contra o Brasil e, com isso, o governo brasileiro assumiu a responsabilidade pelo massacre, assim como o compromisso de indenizar os familiares das vítimas, eliminar as celas fortes presentes na delegacia e responsabilizar administrativa e judicialmente os policiais envolvidos.

Entretanto, em relatório produzido pela CIDH em 2003, constata-se que apenas a promessa de responsabilização penal dos envolvidos foi parcialmente cumprida pelo governo brasileiro.

Um dos casos de massacre mais notórios em que a Comissão Teotônio Vilela se envolveu diz respeito ao ocorrido na desativada Casa de Detenção do Carandiru. No dia 2 de outubro de 1992, policiais foram acionados para controlar um conflito que se desenvolvia no interior da instituição; o desastroso resultado da operação contabilizou 111 mortes de detentos.

No dia seguinte a este ocorrido, a CTV realizou uma visita ao referido local; nesta, constatou-se a presença de graves violações de direitos humanos que foram denunciadas sob a forma de relatório.

Dando sequência aos trabalhos, no dia 21 de outubro de 1992, juntamente com a Human Rights Watch/Américas e o Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional), a Comissão Teotônio Vilela encaminhou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos (OEA) uma solicitação para abertura de caso contra o Estado brasileiro em função da morte dos 111 detentos.

Atendendo a esta petição, a CIDH recomendou ao Governo brasileiro que realizasse uma investigação imparcial com o intuito de apurar as responsabilidades no

caso e indenizar vítimas e familiares. Também foi solicitado que o Brasil efetivasse políticas públicas para erradicar a superlotação nos presídios e oferecer mais segurança aos detentos.

Entretanto, o caso se desenrolou de maneira bastante controversa. Após ser submetido ao tribunal do júri, o coronel Ubiratan, comandante da ação, foi condenado a 632 anos de reclusão pela morte de 102 pessoas. Diante do pedido de anulação do julgamento que condenou Ubiratan, um grupo de desembargadores foi designado pelo Tribunal de Justiça para avaliar a decisão dos jurados.

Como resultado, esse novo julgamento (2006) anulou a decisão anterior e absolveu o coronel, contradiz as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Quanto às demais recomendações, ocorreram pagamento de algumas indenizações e o problema de superlotação foi parcialmente sanado. Os demais policiais envolvidos não chegaram a ser julgados.

Projetado para manter 3.200 pessoas reclusas, em 2001 contava com cerca de 8.000 presos. Em 2002 o presídio foi desativado e alguns pavilhões foram demolidos.

A proposta de desativar a Casa de Detenção esteve presente no I Plano Nacional de Direitos Humanos de 1997, mas foi tardiamente atendida pelas autoridades públicas.

A proposta de uma ampla defesa dos direitos humanos no Brasil levou a Comissão Teotônio Vilela a realizar intervenções em casos emblemáticos que ocorreram fora do ambiente das “instituições totais”.

Em 9 de agosto de 1995, um confronto entre policiais e acampados em uma fazenda nas proximidades de Corumbiara, estado de Rondônia, resultou em massacre. Na ocasião, nove trabalhadores rurais e dois policiais morreram. Esta operação, que contou com a participação de 187 policiais, deixou ainda outras 100 pessoas feridas. Os laudos médicos constataram indícios de execuções e espancamentos nos trabalhadores

mortos. Denúncias feitas pelos sem-terra afirmaram que houve participação de latifundiários e jagunços no massacre.

Em resposta a este desastroso acontecimento, a CTV encaminhou ofícios durante o ano de 1995 ao Governo de Rondônia, Ministério Público e Procurador Geral da República reivindicando a apuração dos responsáveis.

A CTV, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a Human Rights Watch/Américas, o Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese e o Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) efetuaram denúncias referentes ao caso junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH/OEA. Como resultado, foi determinado que fossem pagas indenizações a 11 famílias.

As decisões judiciais determinaram a condenação de três dos 12 policiais indiciados e de dois trabalhadores sem-terra pela morte dos policiais. Em março de 2004, a CIDH publicou um relatório sobre o caso. As seguintes recomendações foram estipuladas para o Estado brasileiro: a realização de uma investigação completa, imparcial e efetiva sobre os fatos; a indenização dos familiares das vítimas do massacre; a adoção de medidas com a finalidade de procurar evitar que fatos similares ocorram no futuro; e a modificação da legislação que estabelece a competência da Polícia Militar para investigar as violações de direitos humanos cometidas por policiais militares, transferindo-a para a Polícia Civil.

Outro caso, envolvendo trabalhadores rurais, acompanhado pela CTV foi em Eldorado dos Carajás, um município situado na Região Sul do Pará que, no dia 9 de abril de 1996, foi palco de manifestação composta por membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A forma de luta adotada, nesta que ficou conhecida como “A Caminhada pela Reforma Agrária”, foi uma marcha pela estrada até a cidade

de Curionópolis e a paralisação do movimento na estrada por intermédio de um acampamento.

Com o intuito de desobstruir o caminho, a Secretaria de Segurança Pública foi acionada e mobilizou a polícia militar para esta tarefa. No total, foram 155 os policiais designados na operação.

O confronto gerado entre os trabalhadores sem-terra e os policiais militares resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra e ainda 81 feridos, dos quais 69 integrantes do MST e 12 membros da operação.

A perícia técnica constatou sinais de tiros à queima-roupa, esmagamento de crânio e mutilações. No dia 16 de agosto de 1999, foi realizada a primeira sessão de julgamento cujos réus eram Cel. Mário Colares Pantoja, Maj. José Maria Pereira de Oliveira e Cap. Raimundo José Almendra Lameira. Ao fim dos julgamentos, todos os três réus haviam sido absolvidos pelo tribunal do júri.

Por causa das irregularidades que se apresentaram durante as sessões de julgamento, este foi posteriormente anulado. Apenas em 14 de maio de 2001 iniciou-se uma nova sessão cujos réus eram os mesmos. Desta vez, o Cel. Mário e o Maj. José Maria foram condenados a 228 e 158 anos de prisão, respectivamente. Entretanto, ambos estão recorrendo em liberdade. Dos demais participantes, todos os 11 sargentos, quatro tenentes e 128 soldados foram absolvidos, sob alegação de que não seria possível deferir suas autorias e responsabilidades.

Em fevereiro de 2003, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos admitiu a denúncia apresentada pelo MST e pelo Cejil sobre o caso, iniciando-se processo contra o Estado brasileiro. A Organização dos Estados Americanos (OEA) classificou o episódio como um dos piores exemplos de desrespeito aos direitos humanos e recomendou ações urgentes do Governo brasileiro.

6. A rede de direitos humanos

As intervenções da Comissão Teotônio Vilela foram feitas frequentemente em associação com outras entidades que possuem o mesmo propósito de garantir os direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade. A formação desta rede de proteção aos direitos humanos no Brasil é um fenômeno recente, resultado de mudanças sociais e político-institucionais pelas quais esta sociedade vem passando desde o retorno à democracia e ao estado de direito. Sua complexidade e inúmeras conexões com a sociedade civil organizada e com a sociedade política devem ser objeto de estudo específico que escapa aos objetivos desta dissertação, motivo por que não cabe apontá-las aqui senão em seus aspectos gerais. Entretanto, é possível estabelecer relações de comparação ao confrontar a história da CTV com a efetivação dos direitos humanos no Brasil e, conseqüentemente, contribuir para a análise desse quadro ainda pouco explorado.

A realização de um estudo de caso a respeito da Comissão Teotônio Vilela permite responder a algumas questões específicas acerca da luta pelos direitos humanos no Brasil, uma vez que praticamente todos os membros iniciaram suas atividades de militância anteriormente à constituição da entidade.

O objetivo aqui é indicar não apenas a história da CTV enquanto entidade focada em seus objetivos específicos, mas, por meio do notório ecumenismo de seus membros, inventariar a convergência de valores e ideais nem sempre homogêneos em torno da proteção aos direitos humanos de presos comuns, como pode ser percebido na descrição de alguns casos no capítulo anterior.

Deve-se ressaltar o papel exercido pela Igreja Católica no estado de São Paulo, especificamente pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Esta,

composta por autoridades católicas e militantes da sociedade civil, realizou grandes feitos na proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme indicado pelo relato de Margarida Genevois:

“Nós fazíamos muitas coisas pequenas, mas que surtiam um bom resultado. Neste momento, Dom Paulo começou a receber uma quantidade enorme de pessoas para pedir auxílio. Vinham pessoas do Brasil inteiro. Durante algum tempo, ele foi o único bispo que se interessava por essas coisas, pois os demais consideravam que não deveriam se envolver por se tratar de política. Pessoas do país inteiro nos procuravam para pedir ajuda em nome de parentes presos e refugiados. O trabalho era muito e foi nessa época que Dom Paulo formou a Comissão Justiça e Paz. Foi quando me pediu para atender as pessoas. Então comecei a fazer plantão na Cúria, duas vezes por semana, depois todos os dias e depois de manhã, à tarde e à noite, todos os dias da semana.

Mais tarde passamos a receber os refugiados do Cone Sul que estavam no Brasil fugindo das ditaduras de seus países. Foram ditaduras terríveis, como no Brasil, mas mais extensas do que na Argentina e Chile – cerca de 3.000 desaparecidos fora os torturados. Então eles fugiam para o Brasil com a esperança de salvar a vida.

Alguns chegavam com a roupa do corpo, pois vinham correndo para o Brasil devido à facilidade de atravessar a fronteira sem passaporte – sem dinheiro, sem nada. Nós arrumávamos casa, comida e trabalho com o intuito de sanar os problemas materiais.”⁵⁵

Entretanto, reações contrárias ao estado de exceção não foram unânimes por parte da Igreja Católica. Alguns grupos divergiram quanto às posições a serem tomadas receando os embates que determinadas ações poderiam desencadear. Em todo o caso, podemos notar, já neste momento, uma articulação inicial contrária ao regime militar.

O relato de José Gregori permite confrontar esse momento crítico pelo qual a Igreja Católica atravessou.

⁵⁵ Entrevista concedida em 27 de março de 2009, em São Paulo.

“A igreja de uma maneira geral apoiou o golpe. Figuras mais conhecidas estavam comprometidas com o golpe porque temiam o comunismo; houveram as marchas por Deus pela liberdade, foram marchas de grande comparecimento e as figuras mais notórias tipo Dom Helder, estavam em uma posição de pisando em ovos, porque sentiam que a base e a estrutura eclesial estava contra o governo.

De maneira que na primeira fase da revolução ou do golpe, dependendo da óptica com que se olha o movimento de 64, eu não tive contatos com a igreja. Passei a tê-los quando o Dom Paulo Evaristo Arns veio para São Paulo. Primeiro como Arcebispo, depois como Cardeal, ele iniciou um trabalho de denúncias contra as violências cometidas. Ele não tomou uma posição política de a favor ou contra o regime político. Mas tomou uma posição, primeiro de preocupação, depois de protesto e depois de ação contra os direitos humanos.

E aí se tornou conhecido em alguns setores. Eu quis saber quem era esta figura que havia vindo de Santa Catarina para São Paulo; fui me simpatizando, ouvindo, até que o José Carlos Dias me convidou, depois que nós, ele inclusive, e poucos mais, fizemos um pequeno grupo que funcionava em minha casa para trocar informações de denúncias de tortura que começaram a aparecer.

Este grupo se desfez algum tempo depois – porque um deles era o conhecido Reale Jr., que trabalha na Jovem Pan, e mora em Paris, o outro era o Celso Lafer, que se mudou para o exterior com sua mulher. Então este grupo se desfez e eu queria continuar trabalhando porque vi que não eram denúncias fantasiosas; infelizmente eram coisas reais. Então veio o convite do José Carlos Dias para que eu trabalhasse com o Dom Paulo na Comissão Justiça e Paz.”⁵⁶

A rede de proteção aos direitos humanos que podemos perceber com maior clareza nos dias atuais foi arquitetada historicamente ao redor da Igreja Católica. Desta forma, esta pode ser tida como a entidade nuclear que permitiria *compreender, ainda que parcialmente, a maneira como os novos movimentos sociais se deslocaram para compor uma agenda de lutas em torno dos direitos humanos.*

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro,

⁵⁶ Entrevista concedida em 30 de março de 2009, em São Paulo.

“A sociedade civil descobriu os direitos humanos graças às ações da ditadura militar, que levaram a desaparecimentos, mortes, torturas e assassinatos. Neste momento, os grupos começaram a se formar, sejam os pela anistia ou pelo fim da ditadura. Pode-se dizer que o passo fundamental para isto foi a mobilização dos membros da igreja.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos foi fundado em Petrópolis no ano de 1982, com o apoio do Leonardo Boff. A igreja sempre esteve muito presente nos movimentos de direitos humanos e nisto as encíclicas de João XXIII, como a *Pacem in Terris*, tiveram uma grande influência.

E o primeiro a denunciar as torturas no Brasil foi um cristão, o Alceu Moroso Lima, que era um pensador católico que assinava com o pseudônimo de Ataíde no Jornal do Brasil. Ele foi uma das primeiras pessoas a falar em terrorismo de Estado”⁵⁷.

Com isso, foi construída uma primeira iniciativa de combate ao regime militar em torno da zona de influência proporcionada pela Igreja Católica, que muito provavelmente se fez valer de seu prestígio para preservar a integridade física dos militantes.

É possível perceber, durante as décadas de 1970 e 80, dois grandes momentos na história da defesa dos direitos civis no Brasil. O primeiro, por intermédio da posição nuclear da Igreja Católica, especialmente a Comissão Justiça e Paz, que agregou membros dispostos a defender pessoas em situação de vulnerabilidade ante o arbítrio do Estado. Nesta etapa participam também os envolvidos com a Comissão de Anistia e a Comissão contra a Tortura⁵⁸.

Em seguida ocorre uma primeira expansão no número das entidades da sociedade civil já no início dos anos de 1980, momento este que, conforme indicado acima, faz parte da constituição da Comissão Teotônio Vilela.

Este deslocamento ocorreu em função de uma diversificação das pautas reivindicatórias que atendiam ao novo contexto da transição democrática. Se

⁵⁷ Entrevista concedida em 18 de setembro de 2009, em São Paulo.

⁵⁸ Para uma análise mais detalhada destas comissões, é importante o trabalho de Glenda Mezarobba (2006).

inicialmente as ações ocorriam em função dos constrangimentos institucionais arbitrários impostos pela ditadura militar, mobilizando as iniciativas em torno de questões como a dos refugiados, das prisões e torturas contra presos políticos, da repressão e censura; este segundo momento correspondia à ampliação e reconstrução de uma agenda que visava reparar o legado autoritário e atender aos recentes direcionamentos que a discussão em torno dos direitos humanos havia tomado, como a proteção de mulheres e minorias, a ampliação de garantias constitucionais, a liberdade de expressão, imprensa e associação, dentre outros.

Associado a isto, também podemos considerar como uma das razões para a disseminação dos militantes de direitos civis o fim da repressão, que permitiu uma articulação sem que estivessem cerceados pela doutrina de Segurança Nacional, assim como criação de novas entidades.

De qualquer forma, o exemplo da Comissão Justiça e Paz é decisivo para compreender o novo cenário em que está inserida a criação da Comissão Teotônio Vilela e a constituição da rede de direitos humanos. Muitas das pessoas envolvidas com a militância passaram pela entidade católica e, se chegaram a integrar outras entidades, nunca se desligaram por completo das atividades nela⁵⁹.

Se colocadas em suspenso, tanto a CJP quanto a CTV nos fornecem subsídios para compreender alguns passos do redirecionamento pelo qual passaram os *novos movimentos sociais* em função da defesa dos direitos humanos⁶⁰. Os trechos abaixo de

⁵⁹ Membros da CJP mantiveram suas lutas inclusive em outras esferas, como imprensa, partidos políticos e comissões de direitos humanos em casas legislativas.

⁶⁰ Os *novos movimentos sociais*, segundo Cardoso (1987), se diferenciam de formas tradicionais de atuação política, como os partidos e sindicatos, e fazem reivindicações a partir da participação popular, visando a transformação da estrutura dominante. E são *novos*, pois afirmam novas identidades sociais. Nas palavras da autora, “o novo é o espontâneo que se opõe à manipulação; é a ação consciente que substitui a cooptação, garantindo a expressão dos verdadeiros interesses populares que ficam sufocados

uma entrevista do Padre Agostinho Duarte permitem percorrer alguns passos de sua trajetória, que passa a convergir a militância pelos direitos sociais com a dos direitos humanos:

“Eu fui para uma organização aqui em São Paulo, particular, chamada Organização de Auxílio Fraternal, cuja sigla é OAF, e lá eu me deparei com um trabalho muito grande, sobretudo com gente muito pobre, miserável mesmo. Havia várias pessoas católicas que se dedicavam a isso, principalmente mulheres. Nos primeiros dias que eu cheguei lá, eu vi uma jovem, solteira, uma religiosa que se chama Oblata, e que estava partindo para o Recife para cuidar de meninos de rua. E em pouco tempo, também fui pra Recife cuidar de moleque de rua. Isso foi em 1959. [...]”

“[...] E nós fundamos, juntamente com aquela moça que tinha ido um pouco antes de mim, e mais uma ou duas que também foram, o ‘Clubinho do Moleque de Rua’. Na cidade, eles eram conhecidos como maloqueiros; eram meninos de 12, 14 anos, até alguns adolescentes.

Mas, eu fiquei sabendo que havia jovens com menos de 18 anos presos numa determinada delegacia de Recife e resolvi visitá-los. Eu me deparei com um espetáculo muito triste e também escandaloso, porque eu vi que vários estavam com coceira no corpo, tudo infeccionado, que depois eu fiquei sabendo que se chama sarna supurada. Muitos rapazes feridos, prisão irregular, prisão para averiguação, prisão convencional, e um sofrimento muito grande, sem nenhuma assistência; e uma repressão muito violenta.”

“Em 1968, eu comecei a tomar conhecimento das peripécias do esquadrão da morte. Procurei me enfronhar um pouquinho sobre esse esquadrão. Descobri que tudo tinha começado no Rio de Janeiro já fazia tempo, parece que em 1958, dez anos antes de eu estar em São Paulo. E me deparei com as notícias de jornal que denunciavam um amigo meu de infância e de juventude, que frequentava o mesmo clube, onde jogávamos muito basquete, vôlei, futebol de salão, etc., que era o Sérgio Fleury.”

pelos partidos e políticos profissionais” (p. 28). Assim, estou querendo mencionar que os *novos movimentos sociais* também alinharam seus objetivos com a luta por direitos humanos iniciada em oposição ao regime militar.

Nesse momento, o Padre Agostinho já vivenciava os arbítrios da ditadura militar, chegando a receber represálias dos aparelhos repressivos que não permitiram a continuidade de seus trabalhos junto às unidades prisionais.

“No Presídio Tiradentes, onde eu fiquei uns dois meses só, se não me engano de janeiro a fevereiro de 1969, eu comecei a verificar que eles retiravam os presos do Presídio e levavam para o DEIC, na Brigadeiro Tobias, que era perto, e outros presos sumiam e de vez em quando aparecia o nome deles, principalmente no Notícias Populares que eu comprava, que era o jornal que mais informava com detalhes alguns acontecimentos de presos mortos.”

“Autorizavam minha entrada e permanência no presídio, mas quando eles perceberam que eu estava levantando vários dados, e o Fleury deve ter dito alguma coisa, eu fui proibido de entrar.”

Partilhando interesses pela causa do preso comum, Agostinho logo se aproximou de Paulo Sérgio Pinheiro e veio a integrar o grupo de membros fundadores da Comissão Teotônio Vilela.

“Por volta de 1982, 1983, eu lia os artigos do Paulo Sérgio Pinheiro e fiquei encafifado e quis saber quem era esse sujeito, pois é tão difícil alguém defender os presos e esse mundo cão por aí. Procurei conhecer o Paulo Sérgio. E depois de conhecê-lo, o convidei para fazer uma palestra em Osasco e ele fez. Só que em 1983, ele resolveu ir na Alameda Franca, onde eu morava, com o Severo Gomes, Eduardo Suplicy, Marilena Chauí. E fundamos a Comissão Teotônio Vilela.”⁶¹

Ao mesmo tempo, conforme instituições como a Comissão Justiça e Paz se consolidavam nas décadas de 1970 e 80, seu poder de resistir aos aparelhos opressivos do governo militar aumentava, apesar de não isentar seus membros de represálias:

⁶¹ Os relatos do Padre Agostinho Duarte são parte de uma entrevista concedida por ele ao Fernando Salla, em 15 de novembro de 1999.

“O que nós fizemos foi criar um espaço de informações respeitável até mesmo pela polícia e pelo sistema de segurança militar. De certa forma, eles sabiam que, quando fazíamos denúncias ou pronunciamentos, eles ocorriam com conhecimento de causa. Não éramos levianos e eles sabiam disto.

Isto foi muito importante para nós, pois os agentes nos conheciam e prestavam atenção no que dizíamos. Mas isto nos deixava vulneráveis a represálias. O primeiro presidente, o Dalmo Dallari, foi vítima de graves agressões.

Todos nós sofriamos ciclos de ameaça e como naquele tempo não havia bina (identificador de chamadas) no telefone, nos telefonavam constantemente para fazer ameaças, sem contar os bilhetes.

Eles também passavam a noite de carro dando freadas em frente às nossas casas.

Apesar de não ter sofrido agressão alguma, durante muito tempo eu restringi a minha vida; não ia ao cinema ou locais públicos. Eu não me exilei, pois era arrimo de família e tinha crianças pequenas.”⁶²

Nessa passagem percebemos como o sentimento de insegurança proporcionado pelos aparelhos repressivos do Estado muitas vezes se confundiam, em espaço de tempo, com as inquietações pela proteção dos direitos civis.

Fatos marcantes como este perpassaram a rotina de muitos membros da Comissão Teotônio Vilela, antes mesmo de sua fundação em 1983. Um caso que merece destaque é o embate que Hélio Bicudo travou contra os arbítrios do poder público, seja na condição de promotor público, militante da sociedade civil ou parlamentar. Sua luta permite indicar alguns de seus feitos e espaços de atuação.

Diante da repercussão desse episódio da história brasileira, Bicudo foi tido como referência nos assuntos dos direitos humanos e no árduo trabalho que a proteção destes reivindica.

⁶² GREGORI, José. Entrevista. Op. cit.

“No final dos anos de 1960, começaram a aparecer cadáveres de pessoas com um tabloide no peito, que era uma caveira com dos ossos cruzados e o nome Esquadrão da Morte escrito.

E estas mortes eram entre aspas investigadas pela polícia, iam para a justiça e o ministério público não buscava maiores informações e terminavam por requerer o arquivamento do processo. E sucessivamente os casos começaram a aumentar.

Eu fiz uma primeira representação junto ao Procurador Geral da Justiça cobrando uma posição com relação a isto e reivindicando que não se submetessem aos relatórios policiais que indicavam sempre uma luta entre a polícia e os marginais e como resultado era a morte deles.

O Procurador não tomou nenhuma medida e quando os casos aumentaram eu fiz uma segunda representação. Esta eu pedi que fosse levada ao Colégio de Procuradores e lá se decidiu que a Procuradoria iria atuar no caso. Como eu estava envolvido no caso, fui a pessoa indicada para fazer as investigações. E realmente foi o que aconteceu. Eu consegui que dois promotores públicos me auxiliassem nas investigações em que chegamos a apurar cerca de quinze casos bem ilustrativos da atuação do Esquadrão da Morte.

Quando tentamos passar a investigação para aqueles que eram realmente os mandantes eu fui retirado das investigações.”⁶³

Seus esforços se tornaram conhecidos em diversos segmentos da arena pública; nas confrontações diretas com autoridades políticas e agentes da ordem repressiva; nas rotineiras imposições de censura, que culminaram em limitações de seus trabalhos, afastamentos, invasões noturnas a sua casa e na dificuldade para a publicação de *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*; ou talvez na grande vazão editorial que o jornal *O Estado de S. Paulo* proporcionou das atividades investigativas e nos relatos das mortes que vinham ocorrendo.

“Eu fui promotor público e procurador da justiça no estado de São Paulo. O cargo de promotor público me permitiu ter contato com a vida de pessoas mais marginalizadas.

⁶³ Entrevista concedida por Hélio Pereira Bicudo, em 23 de novembro de 2009.

Naquele tempo ainda persistia nas fazendas o regime de colonato, em que os colonos eram praticamente servos da gleba. Eles mantinham um contrato com os fazendeiros. Normalmente os fazendeiros não cumpriam com suas obrigações salariais com os colonos. Estes dispunham de uma pequena casa, um lugar para plantar sua horta e criar porcos ou galinhas. Entretanto, eles ficavam presos aos fazendeiros por um sistema de vendas fiadas de um armazém da fazenda. Então os trabalhadores viviam presos à fazenda pelas dívidas.

Neste momento, o Ministério Público representava nas comarcas menores – onde não havia Juntas de conciliação e julgamento – e atuava como advogados dos trabalhadores. Então me foi possível conhecer a vida destes trabalhadores do campo em São Paulo e iniciei muitas ações contra os fazendeiros, que determinavam a saída dos colonos em uma data determinada e exerciam uma série de coerções para que isto ocorresse.

Isto se deu muito nas comarcas do interior por onde eu andei como Igarapava, Jaboticabal e Branca. Nas cidades maiores as coisas mudaram devido ao processo de industrialização e os problemas não eram ligados à terra e sim de funcionário e empregador.

Então eu pude aprender o que é a vida destas pessoas que são marginalizadas até hoje pela sociedade e pelos poderes públicos. E foi então que eu comecei a me interessar pelo desenvolvimento da doutrina dos direitos humanos. Aqui em São Paulo, quando eu ainda era do Ministério Público, pude fazer a investigação contra o Esquadrão da Morte e sobre violações de direitos humanos. E depois, a convite do Dom Paulo Evaristo Arns eu participei da Comissão Justiça e Paz e do Centro Santo Dias, que eram todos voltados para a proteção dos direitos humanos.”⁶⁴

Seus trabalhos nesses segmentos de atuação se estenderam também a membro da CIDH da OEA, cargo que ocupou durante quatro anos (dentre os quais três como presidente da CIDH) e lhe concedeu grande notoriedade e recursos para disseminar os direitos humanos pela América.

“O D. Paulo soube que havia uma vaga na CIDH e soubemos que ela seria preenchida por uma das repúblicas sul-americanas, América Central ou Caribe. E eu fui indicado pelo Fernando Henrique Cardoso por intervenção do D. Paulo para a eleição feita pela

⁶⁴ BICUDO, Hélio. Op. cit.

assembleia geral da OEA, referente a um mandato de quatro anos e prorrogáveis por outros quatro.

Eu fui eleito e comecei a funcionar em 1998 e no ano 2000 eu fui presidente da CIDH para mandato de um ano. Era possível fazer a prorrogação do mandato, mas eu não quis. Em minha atuação, eu fui relator principalmente para o Peru no período Fujimori. Então tivemos uma luta imensa para fazer valer os direitos humanos neste país. Havia problema de prisões e massacres dentro do Peru.

Quando o Fujimori fugiu para o Japão, o tenente-coronel que o sucederia buscou asilo no Panamá. E o então secretário-geral da OEA, que foi presidente da Colômbia, estava disposto a permitir o asilo deste comandante no Panamá. Então o secretário executivo da OEA me telefonou e eu fui até Washington discutir o caso e o secretário-geral aceitou as condenações, pois não poderíamos dar este tipo de cobertura.

Nós tivemos várias atuações inclusive na Corte com relação às ações do Fujimori, do poder Judiciário, dos meios de comunicação, etc. Estas ações começaram na Comissão e terminaram na Corte. Nós ganhamos todas as ações movidas contra o Fujimori.

Quando se iniciou o processo de redemocratização do Peru, o presidente em exercício convocou as eleições e me chamou para uma homenagem da sociedade civil a nós. Não me lembro exatamente da data, mas ocorreu em 2001. Foi muito agradável saber que tivemos uma atuação importante nesta área.

Há outros casos também como o da invasão de Granada pelos americanos. A CIDH estava dando parecer favorável aos americanos e eu consegui reverter o processo e reivindicar que o governo americano processasse os comandantes da marinha envolvidos.”⁶⁵

Em 1996, Hélio Bicudo foi designado pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ocasião que trabalhou na implementação do Tribunal Interamericano, destinado ao julgamento dos casos de Corumbiara e Eldorado de Carajás⁶⁶.

⁶⁵ BICUDO, Hélio. Op. cit.

⁶⁶ A defesa dos direitos da população rural foi fato candente na trajetória de Hélio Bicudo. O pano de fundo deste ativismo estaria centrado na sua militância pela reforma agrária.

Há que se constatar também seu engajamento com os assuntos da Igreja Católica. Realizou intervenções direcionadas à punição deferida contra Leonardo Boff e Dom Paulo Evaristo Arns⁶⁷.

Um dos aspectos mais relevantes para a compreensão da formação da rede de proteção aos direitos civis no Brasil diz respeito à inserção dos membros fundadores em instituições da sociedade civil e do governo, pois provocou tanto a disseminação de novas propostas de ação coletiva com pautas específicas como a consolidação de uma agenda de direitos humanos no âmbito governamental.

O senador Eduardo Suplicy, um dos membros mais atuantes da CTV, aborda esta questão:

“A Comissão Teotônio Vilela de direitos humanos se preocupa com o bem-estar das pessoas na sociedade. Tudo aquilo que tem a ver com quaisquer formas de desrespeito aos direitos humanos, sejam pessoas em instituições penais, psiquiátricas, ou numa situação como esta moça, a Paula Oliveira, que possivelmente foi vítima de violência por parte de pessoas de um partido nazista na Suíça.

Quando eu soube deste episódio, prontamente telefonei para o embaixador brasileiro em Zurique para saber melhores informações. Também liguei para o hospital para prestar solidariedade. Vou procurar acompanhar o caso.

Assim como também irei procurar acompanhar o que me parece uma violência muito grande, uma atitude abusiva por parte da polícia militar para conter uma rebelião que se deu em Paraisópolis [em fevereiro de 2009]. Desde então estive por três vezes lá e liguei para o presidente Gilson Rodrigues, da União dos Moradores de Paraisópolis e também para a sua primeira presidente, minha conhecida desde 1987, Maria Betânia. E participei na última sexta-feira na passeata pela paz. Nesta, tomei conhecimento de que um rapaz de 15 anos testemunhou o assassinato do fugitivo da prisão. Tudo isto tem a ver com a CTV.”⁶⁸

⁶⁷ Parte da pesquisa realizada envolveu o levantamento biográfico dos membros da Comissão Teotônio Vilela. Optei por incluir a trajetória do Hélio Bicudo, por entender como esclarecedores os diversos caminhos que ele percorreu.

⁶⁸ Eduardo Suplicy, senador pelo estado de São Paulo e membro da Comissão Teotônio Vilela. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2009.

As propostas de lutas iniciadas por instituições como a Comissão Teotônio Vilela, a Comissão Justiça e Paz, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e o Grupo Tortura Nunca Mais se disseminaram por meio de fóruns constituídos pelos militantes, cujos objetivos eram atender às novas demandas nascidas com a transição democrática. Durante os anos de 1970 e 80, eram muito poucas as entidades que se mobilizavam em questões de segurança pública, como violência policial, sistema prisional e tortura.

“A CTV foi de extrema importância para a consolidação democrática e de uma agenda de direitos humanos no Brasil. E creio que isto se deve a uma combinação interessante. De um lado, durante os anos de 1980, nós tínhamos poucas organizações da sociedade civil. Havia alguns movimentos sociais, mas sempre voltados para questões muito pontuais. Mas a CTV, assim como a Comissão de Justiça e Paz, atuava em uma esfera delicada que era estas instituições e a violência policial. Creio que chamar a atenção para a agenda de direitos humanos foi sempre uma tarefa importante que a Comissão Teotônio Vilela teve e continua tendo.

Ela ajudou não apenas pela qualidade e inserção política dos membros, mas na medida em que as pessoas tinham esta militância, elas conseguiram formar novos quadros dentro destas áreas. Várias pessoas que passaram pela CTV ajudaram a criar novas organizações, como a Sandra Carvalho e o Oscar Vilhena, que hoje estão na Conectas Direitos Humanos. Eles incentivaram militâncias em outras áreas dos direitos humanos.

O fato de a CTV ser composta por pessoas de relevância política e acadêmica, como é o caso de Marilena Chauí, o Eduardo Suplicy, o Paulo Sérgio Pinheiro, José Gregori e Hélio Bicudo, fez com que ela marcasse sua presença e que sua pauta tivesse uma influência sobre os governos e sobre a sociedade civil, pois continuamos a ter a relevância de todas estas pessoas tanto no meio acadêmico quanto político. O Hélio Bicudo, por ser vinculado ao PT, sempre levou as questões de direitos humanos para o partido.

Tudo isto fez com que aos poucos a agenda de direitos humanos fosse cristalizada. A própria experiência da CTV passou a ser reconhecida pelas demais organizações. É claro que a forma de organização destas entidades é diferente e passa por outros processos, mas a CTV cumpriu um papel extremamente importante em consolidar a

agenda de direitos humanos, entrar na esfera política e disseminar estas agendas pela sociedade civil.”⁶⁹

Por força da ausência de uma instituição específica que unificasse as pautas e as entidades, os fóruns se articularam pela influência que os membros exerciam nas suas diferentes áreas de atuação. Aliado a isto, o aspecto de formação e capacitação de militantes promoveu uma ramificação das práticas pelos direitos humanos, ou seja, a formação de uma nova geração de defensores de direitos humanos também estava em pauta. Em um depoimento, Fernando Gabeira reforça esta hipótese de pensá-la em seu caráter formador:

“A Comissão Teotônio Vilela, a meu ver, contribuiu para que o trabalho de direitos humanos no Brasil fosse redirecionado. A energia que no período da ditadura foi canalizada para denunciar o impacto sobre os adversários políticos do regime foi liberada para outras importantes tarefas.

Com as constantes visitas a prisões foi possível chamar a atenção para o sistema penitenciário brasileiro. Estávamos de uma certa forma puxando o fio da meada. Outras lutas iam surgindo um pouco como consequência. Helio Pellegrino e eu representávamos a Comissão no Rio. Fazíamos o trabalho conjunto com o grupo paulista, mas tentávamos também fazer o trabalho de casa.

Nosso passo aqui no Rio foi visitar também a Colônia Juliano Moreira, um dos grandes manicômios do Brasil. Hélio era psicanalista e podia ver melhor do que nós todos os detalhes da violência que muitas vezes nos escapavam. A Colônia Juliano Moreira é onde viveu Artur Bispo do Rosário, que se fechou sete anos no seu cubículo e reinventou o mundo, cortando, costurando tendo como material o tecido de uniformes rasgados.

Imaginar que um sobrevivente tenha lançado mão de métodos tão desesperados para escapar dá, um pouco, a ideia do que vimos lá entre os que foram sendo destruídos pela atmosfera. Nossa atividade era principalmente mostrar o que estava se passando. No fundo, realizávamos, sem saber, um sonho de Thoreau, o grande pensador americano,

⁶⁹ Fernando Salla é pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência e ex-secretário executivo da Comissão Teotônio Vilela (1997-2002). Entrevista concedida em 27 de maio de 2009.

autor do *Desobedeça*. Ele dizia que a sociedade seria melhor, se todas as pessoas fizessem visitas às cadeias, para conhecer o que se passa lá dentro. Socializávamos nossa visita, através da imprensa, e provocávamos com isto os mecanismos de resposta da própria sociedade: governo, parlamento.

Hoje, os direitos humanos perpassam quase todas as grandes lutas no Brasil: da violência no campo, as cotas nas universidades, as campanhas contra o trabalho escravo. Mas os temas que foram levantados pela Comissão Teotônio Vilela permanecem sem solução. Quase todas as semanas, há motins nas penitenciárias. Em cartaz nos cinemas, o filme *Carandiru* persegue o mesmo caminho de levar uma ideia das cadeias para o grande público.”⁷⁰

A inserção política de alguns dos membros da CTV se fez de grande importância para a consolidação de uma agenda governamental de promoção e proteção dos direitos humanos, quesito que certamente influenciou o recrudescimento da rede destes e especialmente dos direitos civis:

“O processo de criação do Plano Nacional de Direitos Humanos foi iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Conferência de Viena, em 1993. Nesta foi tirado que os governos deveriam realizar planos nacionais de direitos humanos. O Paulo Sérgio esteve neste congresso e foi quem divulgou a notícia em jornal a respeito da decisão tomada em Viena. Então tivemos a ideia de, no dia 7 de setembro, durante as comemorações, fazer algo que tivesse a cara da sociedade civil, além dos tradicionais desfiles militares.

Então decompusemos o 7 de setembro em dois momentos: de manhã forças armadas, no almoço, sociedade civil. E na parte da sociedade civil, que seria celebrada no palácio da alvorada, falamos da preocupação que o governo tinha com os direitos humanos e anunciamos o Plano.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o ministro Nelson Jobim, me escolheu para coordenar o plano. Eu o fiz com estrita colaboração de área da Comissão Teotônio Vilela e do Núcleo de Estudos da Violência. Tenho enorme gratidão pelo Paulo Sérgio Pinheiro, o Paulo Mesquita, o Sérgio Adorno e a Nancy Cardia.”⁷¹

⁷⁰ GABEIRA, Fernando. Depoimento encontrado nos arquivos da Comissão Teotônio Vilela.

⁷¹ GREGORI, José. Op. cit.

Conforme José Gregori indica em algumas palavras, Paulo Sérgio Pinheiro foi de grande importância para a positivação dos direitos humanos no âmbito governamental. Este, dentre outras atribuições, exerceu no Brasil funções que lhe concederam razoável influência nas políticas de segurança pública e de direitos humanos. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, ele ocupou o cargo de Secretário Especial de Direitos Humanos e foi relator dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (I e II), que foram lançados em 1996 e 2002. Segundo ele,

“A Secretaria Especial de Direitos Humanos representa um enorme avanço para a questão dos Direitos Humanos, especialmente porque ela concentra recursos e políticas, além de ter ajudado a fazer os dois PNDH (1996 e 2002) e também o terceiro, que será lançado pelo ministro Paulo Vannuchi no próximo dia 9 de outubro. Este último passou por um processo muito democrático, em que eu acompanhei como revisor do texto final. Houve 27 conferências estaduais, preparação intensa de documentos, uma conferência nacional, uma revisão pela sociedade civil e por diversos os conselhos. A SEDH também dinamizou o CDPFH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – que é a única comissão federal que trata especificamente de direitos humanos.”⁷²

A exploração do material acima mencionado permite trazer algumas contribuições acerca do que sejam os aspectos fundamentais que constituíram a rede de proteção aos direitos humanos no Brasil, abordando essencialmente os militantes e entidades que atuaram (e atuam) no estado de São Paulo.

Creio que a história da Comissão Teotônio Vilela permanece de grande relevância para a compreensão deste fenômeno, sob a hipótese de seu caráter formador e a inserção de seus membros em outras agências nacionais ou internacionais, não governamentais ou governamentais em seus diferentes níveis. Neste sentido, creio que

⁷² PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. cit.

ao apresentar algumas notas sobre a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, um caminho começa a ser traçado para a análise do campo de atuações da CTV e, conseqüentemente, da emergência dos direitos humanos como prerrogativas para a consolidação do Estado de Direito.

Diante do acompanhamento de casos, denúncias e reivindicações, algumas modalidades de ação e intervenção, aspectos muito importantes foram se encadeando e permitiram a formação de uma rede de influências em que a CTV esteve no centro em algumas vezes, e como colaboradora em outras, o que contribuiu para a transição do regime militar na direção da reconstrução da democracia no Brasil.

Já na segunda metade da década de 1990, acentuam-se o contato com outras entidades e, principalmente, a expansão de seus interesses e a realização de denúncias junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Além destes casos que de certa forma constroem a identidade da CTV, ela ampliou seu campo de ação para áreas como violência rural e participou ou coordenou mobilizações importantes, que culminaram na criação de instituições como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Condepe – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – e a Ouvidoria de Polícia.

Uma das razões mais imediatas diz respeito à ratificação, em 1992, do Pacto de San José pelo Brasil⁷³. Este tornou o país signatário das decisões da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, conseqüentemente, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Fez parte da agenda da CTV o acompanhamento de casos como os do Carandiru, Corumbiara e Eldorado dos Carajás, todos tendo contado com o apoio de entidades parceiras e com denúncias à CIDH.

⁷³ O tratado foi criado em 1969, mas o Brasil ratificou-o apenas em 1992.

Dentre as grandes mobilizações em que a Comissão Teotônio Vilela se envolveu está a *Ação pela Cidadania*. Criada em 1989 em São Paulo com o objetivo de defender direitos mediante mobilização da sociedade civil, foi um movimento que contou com a participação de inúmeras entidades da sociedade civil, dentre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Justiça e Paz, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dentre outras, além de participação de membros do governo federal.

Após as avaliações do primeiro mês de atividades, o movimento optou por concentrar os esforços em dois problemas específicos: 1) a impunidade pelos repetidos assassinatos de dirigentes sindicais dos seringueiros e trabalhadores rurais do Acre e as ameaças que ali persistiam; 2) a situação em que se encontravam os índios Yanomami, em Roraima, sob ameaça de extinção cultural e física por falta de garantia aos direitos que a Constituição lhes assegura.

Os trabalhos da *Ação pela Cidadania* se baseavam em visitas às regiões em que os problemas acima destacados ocorriam, para estabelecer contato com envolvidos e interessados e, assim, desencadear ações a fim de alcançar os objetivos propostos.

Outro grande exemplo destas articulações da CTV está no caso GRADI; este, o Grupo de Repressão e Análise a Delitos de Intolerância. Formado por policiais militares e civis ligados à Secretaria de Segurança Pública em março de 2000, o grupo tem a prerrogativa de investigar delitos de intolerância em virtude de preconceito e discriminação.

Entretanto, seus integrantes cometiam ações violentas e ilegais, como colocar presos condenados em organizações criminosas e executar suspeitos de crimes. Um fato marcante em que os membros do GRADI estiveram envolvidos foi a Operação Castelinho, que resultou em 12 mortes quando da invasão de policiais a um ônibus.

Em que pesem os fatos, diversas entidades – dentre elas a Comissão Teotônio Vilela, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP), a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo – efetuaram denúncias junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo para que o grupo fosse investigado.

No dia 20 de agosto de 2002, a CTV, juntamente com outras 30 entidades, agendou um encontro com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para debater os acontecimentos. Nesta ocasião, o auditório foi invadido por 350 policiais armados, que tinham o intuito de intimidar o diálogo da sociedade civil com os representantes legislativos.

Após este fato, o caso foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que recomendou a transferência de alguns presos para presídios federais e, em 2003, 13 policiais foram indiciados pelo Ministério Público por crime de tortura.

Também neste contexto de articulação e formação de rede de proteção aos direitos humanos, a Comissão Teotônio Vilela e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) lançaram o Movimento pela Defensoria Pública, que foi criado em meio às discussões do anteprojeto de lei que pretendia efetivar a instituição.

Em 24 de junho de 2002, cerca de 400 pessoas estiveram presentes ao Ato de Lançamento do Movimento, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, entre elas o então ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, o ex-ministro José Carlos Dias, o vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, Edna Roland⁷⁴,

⁷⁴ Edna Roland é ativista pelo direito das mulheres negras, foi vice-presidente da ONG Fala Preta e coordenadora da Geledés, importante organização que luta pelo direito das mulheres negras.

Silvia Pimentel⁷⁵, Conceição Paganele⁷⁶, Cláudio Hummes⁷⁷, Padre Júlio Lancelotti⁷⁸ e Maria Amélia Teles⁷⁹.

Assim, o Movimento procurou dar ampla visibilidade ao processo de criação da Defensoria Pública no Estado de São Paulo, promovendo diálogos com outros estados.

Mesmo estando previsto na Constituição Federal, o órgão foi criado apenas em 2006 pela Lei Complementar Estadual n. 988.

Este segundo período da Comissão Teotônio Vilela, que se inicia em 1992 com o massacre na Casa de Detenção do Carandiru, a projeta sob uma forma mais institucionalizada e presente em vários fóruns e ações de defesa e promoção dos direitos humanos. Apesar de seus membros manterem grande parte da influência que adquiriram ao longo de suas trajetórias, o contato da entidade com a rede de direitos humanos ocorre pela inserção que a equipe executiva possui nesses fóruns.

Ao analisar as atividades da equipe executiva, podemos perceber o trabalho de renovação das agendas de direitos humanos de diversas entidades, fato que corrobora para a ampliação dos grupos com conhecimento técnico em direitos humanos e, por conseguinte, para um acentuado entrelaçamento entre eles, influenciando os vários caminhos condizentes a uma sociedade.

⁷⁵ Advogada e professora universitária, Silvia é uma das fundadoras do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e, atualmente, é presidenta do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Cedaw, sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas.

⁷⁶ Ativista pelos direitos de adolescentes em conflito com a lei, é fundadora da Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco (Amar).

⁷⁷ Foi Arcebispo na Arquidiocese de São Paulo entre 1998 e 2006.

⁷⁸ É Sacerdote na Arquidiocese de São Paulo e responsável pelo Vigário Episcopal para o Povo da Rua.

⁷⁹ É uma militante política brasileira, tendo sido ligada ao PCdoB durante a ditadura militar, período em que foi presa.

PARTE 3: DIREITOS HUMANOS E VOCAÇÃO MILITANTE

7. Os condicionantes da ação

O processo de discussão e incorporação dos direitos humanos na Constituição Federal de 1988 tem início no período compreendido pela transição democrática, momento em que a sociedade civil, dividida em diversos focos de atuação, exerceu pressão sobre o Congresso Nacional, que detinha a tarefa de promulgar o documento. As tensões ocorrem em meio a uma disputa acerca do processo pelo qual a Constituição Federal seria promulgada, especialmente após a decisão de José Sarney, Presidente da República, de conceder poderes ao Congresso para tal fim, em vez de instituir uma Assembleia Constituinte exclusiva⁸⁰. No decorrer destes embates, surge em 1988 a *Carta Magna*, que ficou conhecida como *Constituição Cidadã*, em virtude da recepção que ela sugere acerca de mecanismos de proteção dos direitos humanos. Apesar do insucesso em conseguir uma comissão exclusiva e soberana para o projeto constitucional, a mobilização foi canalizada na Assembleia criada no âmbito do Poder Legislativo, principalmente articulada em dois grupos mais expressivos: o *Movimento Nacional pela Constituinte* e o *Pró-Participação Popular na Constituinte*, criados no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente (BRANDÃO, 2009: 17).

Essas fontes de mobilização não se caracterizaram exclusivamente pela pressão popular e avançaram na formação de quadros especializados com conhecimento específico acerca das matérias em questão. No que compete aos direitos humanos, Sérgio Adorno (2009: 201) oferece um caminho interessante para indagar a situação da administração política do final da década de 1980, conferindo a ela importância

⁸⁰ Para compreender as mobilizações da sociedade civil em torno da Assembleia Constituinte, ver Carlos Michiles et al. (1989).

significativa, uma vez que o objetivo era a remoção do “entulho autoritário”. Segundo Adorno,

“Nela [Assembleia Constituinte], destacaram-se juristas e os operadores do mundo do direito, seguramente os grupos profissionais mais qualificados para traduzir as demandas da sociedade civil em preceitos constitucionais [...] Do mesmo modo, esse exame [dos anais da Assembleia Constituinte] aponta a existência de poderosas forças conservadoras, comprometidas com os próceres da ditadura militar, que se opuseram com tenacidade à introdução de preceitos inspirados nos direitos humanos” (ADORNO, 2009: 201).

A formação de pessoal com conhecimento especializado em direitos humanos recebeu atenção cada vez maior no Brasil e no exterior, com o passar da década de 1980. Para tanto, contribuiu uma série de forças, entre as quais o fluxo de incentivos da Fundação Ford. Os trabalhos da Fundação passaram por uma mudança de perspectiva, ressaltando uma orientação clara na promoção dos direitos humanos que convergia principalmente para a efetivação do Estado de Direito e da sociedade democrática. Além disto, houve a formulação de um programa distinto de direitos humanos, cuja meta era, além da inclusão social de grupos vulneráveis, “promover estudos e análises com vista à remoção do entulho autoritário e ao ajustamento das instituições ao modelo democrático de sociedade e de Estado” (ADORNO & CARDIA, 2002: 205). Assim, a Fundação Ford produziu impacto em duas direções, na formação de pesquisadores qualificados para operar análises sobre os problemas que afetam ou influenciam a efetivação de direitos e, paralelamente, na tradução de resultados de pesquisa em planos de ação, o que significou trânsito de investimentos do mundo acadêmico para as ONGs de direitos humanos (cf. ADORNO & CARDIA, 2002).

É parte deste mesmo processo uma mudança no conteúdo de direitos que dizia respeito ao Estado, e a Constituição de 1988 foi de fato um marco na história brasileira em razão da sua franca recepção⁸¹. O primeiro ponto que merece destaque é o caráter privilegiado que a incorporação de Tratados internacionais de direitos humanos apresenta na Carta. Aos direitos internacionais foram atribuídos, desde então, uma hierarquia especial e diferenciada, a de norma constitucional (PIOVESAN, 2010: 49).

Com a Constituição de 1988 adveio a ideia de uma ordem jurídica típica de Estados pró-ativos, com papel forte, definido e claro na elaboração e aplicação de políticas públicas em parceria com a sociedade civil. O processo de incorporação dos direitos humanos pelo Estado – ao menos no sentido aqui empregado – teve, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, um dos seus pontos mais decisivos. A esta coube pressionar os Estados-membros a elaborarem planos específicos de direitos humanos, além de representar um marco na atuação de organizações da sociedade civil na elaboração dessas políticas. Foi no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso que esta orientação se tornou explícita, ao elaborar e publicar o I Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996⁸². Neste caso, é ilustrativo o comentário de Fernando Henrique, realizado em 1995, que aponta o caminho pelo qual as políticas nacionais deveriam se orientar: “Chegou a hora de nós mostrarmos, na prática, num plano nacional, como é que nós vamos lutar para fazer com que os direitos humanos realmente sejam respeitados” (PINHEIRO & MESQUITA NETO, 1997: 122).

O Programa sinaliza para uma “ruptura” com as ações que estavam sendo praticadas por forças conservadoras que resistiam à aceitação de uma política de direitos humanos mais eficaz. Ao lançar o PNDH I, o “governo federal apontou na direção da

⁸¹ A garantia da indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos, bem como a especificação do sujeito de direito, passam a ser pontos decisivos das responsabilidades do Estado (PIOVESAN, 2010: 386).

⁸² Além desta, o Programa Nacional de Direitos Humanos possui ainda outras duas edições, lançadas em 2002 e 2009, respectivamente.

reconstrução do Estado e da sociedade brasileira, procurando deixar para trás o Estado autoritário, sem caminhar na direção do Estado mínimo neoliberal ou da crise de desintegração do Estado” (PINHEIRO & MESQUITA NETO, 1997: 124).

O PNDH propõe parcerias capazes de produzir avanços na promoção dos direitos humanos, especialmente aquelas formadas entre o governo e entidades da sociedade civil. É assegurada à sociedade civil parcela importante de responsabilidade, oferecendo um caminho legítimo de reivindicações junto ao Estado – notadamente no que compete à promoção e proteção dos direitos humanos, por meio de uma política clara e definida como objeto de planejamento governamental (cf. PIOVESAN, 2010: 390).

O governo FHC, se considerado ilustrativamente por meio do PNDH, reflete uma consequência daquele processo de organização das forças sociais e políticas que se mobilizaram em torno da defesa dos direitos humanos iniciado na transição democrática. Encerrado o momento que predominava “a esperança de que o fim da ditadura significasse a consolidação do Estado de Direito” (PINHEIRO, 2000), um dos caminhos tomados para a efetivação dos direitos humanos foi assegurá-lo em âmbito governamental, anunciando a necessidade de uma racionalidade formal (cf. WEBER, 1999) como primado das garantias fundamentais. Na análise cronológica, este novo momento – em que a CTV teve participação direta na elaboração dos planos – demarca uma segunda etapa dos trabalhos institucionais. Se, inicialmente, o foco das atenções e ações do grupo era a observância de graves violações de direitos humanos em instituições fechadas, na década de 1990 houve um redirecionamento de sua proposta de ação política, especialmente influenciados pela recepção dos direitos pela Constituição de 1988 e pelos processos decisórios contidos da Conferência de Viena de 1993. Foram incorporadas demandas que se complementaram àquelas suscitadas pelas violações

ocasionadas por agentes do Estado, a saber, a omissão do Estado em garantir a universalização dos direitos humanos, conforme os tratados internacionais recepcionados no Brasil reivindicam. As características que parecem inspirar essa redefinição compõem o argumento de Caldeira (2000: 375) acerca da persistência da “democracia disjuntiva no Brasil marcada pela deslegitimação do componente civil da cidadania: sistema judiciário ineficaz, a justiça é exercida como um privilégio da elite, os direitos individuais e civis são deslegitimados e as violações dos direitos humanos (especialmente pelo Estado) se tornam rotina”.

A partir desse momento, um dos grandes caminhos para essa “luta” foi acessar mecanismos internacionais de proteção, a exemplo das denúncias feitas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em ocasiões de massacres como no Presídio do Carandiru (1992) e em Eldorado dos Carajás (1995), cobrando principalmente maior agilidade da justiça brasileira no julgamento dos agentes do Estado envolvidos.

Diante da proposta do PNDH, é necessário considerar a administração burocrática sob diversas formas: não se trata de pensar apenas um funcionalismo no exercício de suas atribuições e regularidade de ações a mando de supervisores igualmente contratados pelo Estado. O Programa prevê imediatamente a criação parcerias com a sociedade civil e este elemento deve ser considerado em sua relação direta e indireta com a formação de mecanismos oficiais de proteção e promoção dos direitos humanos⁸³.

⁸³ É inconveniente pensar o PNDH como o momento que a sociedade civil passa a integrar a agenda governamental. Parece mais adequado considerá-lo como uma consequência de processo, iniciado há mais tempo, cuja referência utilizada aqui é a transição democrática, da forma como foi demonstrado na armação conceitual.

8. A perspectiva de direitos humanos

É inevitável a comparação entre dois períodos da recente história brasileira, caracterizando-os pelo antes e depois da instauração da Constituição de 1988. A literatura especializada sobre direitos humanos identifica diferentes formas de concebê-los, até mesmo por meio de comparações entre continentes. Se recapitularmos em poucas palavras a história europeia acerca dos direitos humanos, facilmente iríamos até os seus antecedentes morais e filosóficos, como John Locke, ante a sua defesa da propriedade privada, ou até mesmo até a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), formulada na França para consagrar a Revolução que derrubara com o regime absolutista naquele país.

Emergiu, assim, uma concepção de direitos humanos que, mesmo sendo resultado de lutas políticas e sociais, tinha como suporte principal um aparato jurídico confiável que pudesse assegurá-los. Semelhante proposta de direitos humanos pode também ser pensada para o caso dos Estados Unidos, onde as garantias constitucionais se confundem – ao menos em parte – com os direitos humanos.

O presente estudo de caso sugere algumas noções a fim de melhor compreender o que se entende por direitos humanos no Brasil, tomado pela perspectiva daqueles que se engajaram com a expectativa de assegurar, proteger e promover tais direitos. De acordo com Estevez (2012), o discurso em torno dos direitos humanos na América Latina é majoritariamente tributário da concepção europeia e norte-americana, tendo sido ela apenas reeditada conforme os cenários políticos, sociais e culturais experimentados em diferentes países da região.

O exame acerca das biografias dos membros da CTV indica as peculiaridades sob as quais emergiu o discurso de defesa dos direitos humanos. Vale ressaltar que o ano de 1988 é decisivo para a compreensão do desenvolvimento desse discurso, tendo em vista que é possível perceber as mudanças nas táticas e lutas a partir do antes e depois da Constituição Federal.

Antes dela, os defensores de direitos humanos estavam muito mais próximos de uma militância mais “arrojada”, que deveria compensar a ausência de dispositivos legais que amparassem e dessem voz àqueles que sofressem violações de direitos humanos. No que compete à CTV, a rotina de visitas em instituições de reclusão despendia grande parte do tempo dedicado ao planejamento e execução de todas as modalidades de ação. Essa rotina acabava produzindo informações sobre o que se passava na invisibilidade proporcionada pelos muros dos presídios. Em geral, ela era feita de fora do Estado e a fim de conter o seu avanço influenciado por práticas autoritárias, pois dentre os maiores objetivos era conter os abusos cometidos por agentes de segurança pública.

Iniciada a consolidação democrática, especialmente com a outorga da Constituição Federal, a rotina de militância foi alterada, e grande parte dela passou a ser exercida de dentro do Estado, tendo-o como um aliado valioso na implementação de ações mais efetivas, uma vez que as vias de comunicação entre o Estado e a sociedade civil foram ampliadas e membros da sociedade civil passaram a circular com maior frequência nas gestões governamentais.

Os resultados de investigação não trazem maiores esclarecimentos acerca dos efeitos reais deste Programa nas relações sociais no Brasil, ou mesmo do grau de respeito aos direitos humanos. O fato é que ele sinaliza para uma “ruptura” com as ações que estavam sendo praticadas, por meio de mecanismos que buscam interferir na persistência das graves violações. Ao lançar o PNDH I, o “governo federal apontou na

direção da reconstrução do Estado e da sociedade brasileira, procurando deixar para trás o Estado autoritário, sem caminhar na direção do Estado mínimo neoliberal ou da crise de desintegração do Estado” (PINHEIRO & MESQUITA NETO, 1997: 124).

O PNDH propõe parcerias capazes de produzir avanços na promoção dos direitos humanos, especialmente aquelas formadas entre o governo e entidades da sociedade civil. É assegurada à sociedade civil parcela importante de responsabilidade e espaço legítimo de reivindicações junto ao Estado – notadamente no que compete à promoção e proteção dos direitos humanos, por meio de uma política clara e definida como objeto de planejamento governamental (cf. PIOVESAN, 2010: 390).

Se, inicialmente, o foco das atenções e ações do grupo era a observância de graves violações de direitos humanos em instituições fechadas, na década de 1990 houve um redirecionamento da atuação, especialmente influenciado pela recepção dos direitos pela Constituição de 1988 e pelos processos decisórios contidos da Conferência de Viena de 1993. Foram incorporadas demandas que se complementaram àquelas suscitadas pelas violações ocasionadas por agentes do Estado, a saber, a omissão do Estado em garantir a universalização dos direitos humanos, conforme os tratados internacionais recepcionados no Brasil reivindicam. As características que parecem inspirar essa redefinição compõem o argumento de Caldeira (2000: 375) acerca da persistência da “democracia disjuntiva no Brasil marcada pela deslegitimação do componente civil da cidadania: sistema judiciário ineficaz, a justiça é exercida como um privilégio da elite, os direitos individuais e civis são deslegitimados e as violações dos direitos humanos (especialmente pelo Estado) se tornam rotina”. Conjugam-se dois elementos essenciais que vão nortear e servir de inspiração valorativa para a construção e inserção de quadros de recursos humanos na administração burocrática do Estado.

Ao articular o processo mencionado com a trajetória da CTV, notamos que ele se sustenta não apenas pelo esforço dos membros fundadores que dispõem de relativo prestígio junto aos governos democráticos, mas também pelo vínculo em torno de questões de interesse da entidade, usualmente refletindo o interesse individual dos membros, percorrendo temas que julgam mais adequados para a composição da agenda. Desde então, um dos grandes caminhos para essa “luta” foi acessar mecanismos internacionais de proteção, a exemplo das denúncias feitas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em ocasiões de massacres como no Presídio do Carandiru (1992) e em Eldorado dos Carajás (1995), cobrando principalmente maior agilidade da justiça brasileira no julgamento dos agentes do Estado envolvidos.

Diante da proposta do PNDH, é necessário considerar a administração burocrática sob diversas formas: não se trata de pensar apenas um funcionalismo no exercício de suas atribuições e regularidade de ações a mando de supervisores igualmente contratados pelo Estado. O Programa prevê imediatamente a criação de parcerias com a sociedade civil e este elemento deve ser considerado em sua relação direta e indireta com a formação de mecanismos oficiais de proteção e promoção dos direitos humanos⁸⁴.

Além deste, outras duas edições do Programa Nacional de Direitos Humanos (2 e 3) foram lançadas em 2002 e 2010. Segundo Adorno (2010), há traços em comum entre os três Programas, e suas propostas representam uma linha de continuidade na evolução das políticas de direitos humanos no Brasil.

⁸⁴ É inconveniente pensar o PNDH como o momento que a sociedade civil passa a integrar a agenda governamental. Parece mais adequado considerá-lo como uma consequência de processo, iniciado há mais tempo, cuja referência utilizada aqui é a transição democrática, da forma como foi demonstrado na armação conceitual.

“Uma breve comparação entre os PNDHs reforça ainda mais as linhas de continuidade. As três edições têm características comuns. Em primeiro lugar, sua natureza suprapartidária. Como aponta a literatura especializada, cada vez mais o respeito, a proteção e a promoção dos direitos humanos têm se convertido em requisito para consolidação das instituições democráticas. A despeito de sua jovem democracia, em comparação com outras experiências do mundo ocidental, a sociedade brasileira está imersa nesta mesma tendência. Em segundo lugar, os programas pretendem enfrentar a desarticulação entre instâncias decisórias do aparato de Estado e de governo bem como entre governantes e governados, representados na esfera civil pelas organizações não-governamentais (Ongs). Os programas cuidam não apenas de promover articulações entre poderes, como entre ministérios e seus mais distintos organismos e, sempre que possível, entre governos federal, estaduais e municipais. Do mesmo modo, convocam parcerias entre governos e Ongs para além de um mero contrato de confiança. Não sem razão, as edições indicam órgãos responsáveis pela execução do programa, assim como parceiros. Ao mesmo tempo, sempre que a execução de medidas envolva governos estaduais e municipais, o Programa mantém cautelas em respeito ao pacto federativo, motivo pelo qual optam pelo formato de *recomendações*” (ADORNO, 2010: 10).

Além disto, os PNDHs também indicam a concepção de direitos humanos que está sendo privilegiada, estando assim em conformidade com os acordos firmados no regime internacional de direitos humanos (ver capítulo 1).

“As três edições incorporam, também, uma nova concepção de direitos humanos. Seguindo a orientação da Conferência Mundial de 1993, reconhece-se a indivisibilidade dos direitos humanos: direitos humanos não são apenas direitos civis e políticos, mas também direitos econômicos, sociais, culturais e coletivos, o que é uma grande novidade na história social e política republicana no Brasil. Por fim, todas elas resultam de consultas à sociedade civil, em praticamente todo o território nacional, seja sob a forma de seminário para acolhimento de propostas e sugestões (PNDH-1), seja sob a forma de Conferências Nacionais de Direitos Humanos (como nos PNDH 2 e 3)” (ADORNO, 2010: 10).

O PNDH-3 é resultado de ampla consulta feita à sociedade e o seu escopo visa atender às demandas que surgiram de diversos fóruns de discussão. Desde 2003, foram realizadas 50 conferências temáticas e também a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), cujo processo consultivo foi realizado por meio de Conferências Livres nos âmbitos estaduais e distritais, em que foram eleitos 1200 delegados e 800 observadores e convidados. O Programa está estruturado em seis eixos, a saber: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos; universalização de direitos em contexto de desigualdades sociais; segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; direito à memória e à verdade⁸⁵ (ADORNO, 2010: 13).

Além dos PNDHs, também merecem destaque os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH) de São Paulo. Criada em 2002 durante a prefeitura de Marta Suplicy (2001-2005)⁸⁶, a CMDH possui a competência de promover medidas preventivas, corretivas, reparadoras em defesa dos direitos humanos, desde que estejam previstos nas Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município de São Paulo, ou em tratados e convenções internacionais de que o Brasil for parte, sejam eles coletivos, individuais e sociais⁸⁷.

Segundo relatório da CMDH, a maioria das denúncias recebidas até setembro de 2004 relaciona graves violações de direitos humanos ligados à área da segurança

⁸⁵ Esse eixo foi certamente um dos mais polemizados e que mais geraram controversas por parte da sociedade e setores do governo. A ele estão ligadas ações de apuração e responsabilização de graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar, fato que suscitou reações contrárias por parte de quadros de militares, estabelecendo assim forte polarização político-ideológica (ADORNO, 2010).

⁸⁶ A CMDH foi uma promessa de campanha da Marta Suplicy que tinha como vice-prefeito o já mencionado Hélio Bicudo, que veio a se tornar o primeiro presidente do órgão.

⁸⁷ A competência legal da CMDH está prevista no Decreto n. 42.380, de 11 de setembro de 2002.

pública e justiça criminal. Destas, um total de 424 denúncias correspondiam a violações de direitos civis e políticos, sendo 103 crimes de tortura, 28 homicídios envolvendo policiais ou execuções sumárias, 75 ameaças de morte, 47 casos de discriminação e 75 casos de abuso de autoridade.

Alguns desses casos, como o de Nelson Trindade e de Edson Prado, ambos encontrados mortos em celas de prisão sem grandes explicações e alegados como suicidas, foram enviados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para reivindicar medidas cabíveis por parte do Estado brasileiro para com os agentes públicos. Neste primeiro biênio dos trabalhos da CMDH foram mais recorrentes as atividades de contenção às violações oriundas de práticas arbitrárias (nesta seara entram também algumas visitas às instituições carcerárias).

Uma das medidas de maior destaque diz respeito ao projeto SIM Direitos Humanos – Sistema Intraurbano de Monitoramento dos Direitos Humanos. Este tem por finalidade mobilizar avaliações sobre o grau de respeito aos direitos humanos na cidade de São Paulo, levando-se em conta as especificidades de cada subprefeitura.

Assim, a tendência era de que as políticas públicas que passassem pelo crivo da CMDH pudessem ter um grau de efetividade maior e estivessem mais adequadas a cada região de São Paulo; as bases de referência para a aplicação metodológica do SIM são legislações vigentes no âmbito municipal, estadual, federal e internacional (desde que o Brasil seja signatário).

Esse projeto talvez seja a grande base de referência que busca aproximar as distantes três etapas das políticas públicas: elaboração, aplicação e recepção. A busca do aumento dos índices ligados aos direitos humanos passou a se dar em atividades que intensificassem a participação da população, como em fóruns, oficinas e cursos.

A estruturação das primeiras oficinas ocorreu em 2006, quando foram elaboradas e executadas com o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC. O planejamento programático foi específico para cada uma das subprefeituras e contou com a participação de autoridades e agentes públicos, assim como da população local⁸⁸. Caminho semelhante também foi percorrido pela iniciativa de oferecer cursos de capacitação em direitos humanos que, dentre outros objetivos, visava o aprimoramento de gestores locais e conselheiros para a observância de direitos humanos em suas comunidades e bairros. Foram aspectos essenciais do Curso de Conselheiros em Direitos Humanos (2008) viabilizar o reconhecimento de graves violações de direitos humanos e melhorar as relações cotidianas de trabalho, especialmente aquelas que lidam diretamente com a população, facilitando assim o encaminhamento das demandas mais latentes de cada local.

Em terceiro lugar, também cabem menção as atividades geradas em torno do Fórum Metropolitano de Segurança Pública. Lançado em 2001, o seu objetivo é influenciar nas questões de segurança pública. São claras as tentativas de mobilizar organizações da sociedade civil e outros segmentos do Estado, por meio de parcerias.

Neste Fórum, são os principais objetivos:

- Produzir e disseminar informação, buscando para isso a colaboração dos meios de comunicação social, sobre o programa da violência na Região Metropolitana de São Paulo e as políticas, programas e ações capazes de solucionar o problema.

⁸⁸ O conteúdo programático destas oficinas remetia a aulas sobre a história dos direitos humanos e seus conceitos básicos, violência urbana e doméstica, direitos de indígenas, papel do Estado e dos municípios, direitos de criança e adolescentes, inclusão de pessoas com deficiência e discriminação racial e promoção da igualdade.

- Estimular a participação das Prefeituras da Região Metropolitana de São Paulo no debate e na implementação de soluções para o problema da violência, seja por meio da incorporação da prevenção da violência como uma das dimensões das políticas urbanas e sociais, seja por meio da criação de uma secretaria ou coordenadoria para desenvolver políticas municipais de segurança pública.
- Intensificar a colaboração entre governos municipais e destes com a sociedade civil, a universidade e o setor privado, no desenvolvimento e sustentação de estratégias preventivas de redução da violência, tanto de natureza social como de natureza situacional.
- Promover a colaboração entre os governos municipais, o governo estadual e o governo federal, no desenvolvimento e sustentação de uma política de segurança pública para a Região Metropolitana de São Paulo.

O Fórum conta com um amplo rol de entidades e grupos – institucionais ou não – que permitem um aumento das práticas em torno dos direitos humanos em São Paulo, juntamente com os exemplos supracitados, como o Curso de Conselheiros em Direitos Humanos e as oficinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa exploratória acerca do crescente envolvimento que setores da sociedade civil mantêm com os governos e com o Estado. A hipótese principal é de que houve uma mudança das lutas sociais que tenderam à profissionalização dos quadros de militância em direitos humanos, fato desencadeado pelo interesse em produzir resultados mais significativos acerca da promoção e proteção dos direitos humanos no âmbito governamental. Observada a partir da interpretação histórica de alguns fatos marcantes ocorridos durante a transição democrática e também após a instauração do governo civil, foi possível indicar que a ampliação das vias de comunicação entre a sociedade civil e o governo federal se mostrou decisiva no processo de profissionalização dos militantes em direitos humanos no Brasil.

Não obstante, o estudo de caso sobre a CTV é insuficiente para sustentar que a ideia de profissionalização afetou os trabalhos de grupos e entidades que trabalham pela promoção de direitos. Assim, o principal aspecto desta dissertação refere-se a tão somente o papel que a CTV desempenha nesse complexo cenário, especialmente por meio das ações e realizações de seus principais membros. Além disto, não podemos deixar de considerar que, a partir dos trabalhos feitos junto à equipe executiva, muitos adquiriram *know-how* para atuar em outras organizações, especialmente se considerarmos que durante as décadas de 1980 e 1990 poucas informações estavam disponíveis acerca de como desenvolver essa militância mais profissionalizada, especialmente no que se refere à realização de denúncias na CIDH. Nesse caso, o contato com Paulo Sérgio Pinheiro foi decisivo.

Na equipe executiva, passaram pela CTV muitas pessoas que hoje desenvolvem trabalhos em outras entidades ou criaram as suas próprias, a exemplo de Oscar Vilhena (ex-secretário executivo da CTV), jurista e cientista político, um dos fundadores da Conectas Direitos Humanos; Beatriz Affonso (ex-secretária executiva) fez mestrado em ciência política na Universidade de São Paulo sob orientação de Paulo Sérgio Pinheiro e hoje é diretora do Centro pela Justiça e Direito Internacional (Ceji); Sandra Carvalho (ex-secretária executiva) hoje é diretora da Justiça Global; Fernando Afonso Sala (ex-coordenador), doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, professor universitário, e desenvolve trabalhos de pesquisa no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim); Guilherme Assis de Almeida (ex-coordenador), doutor em direito pela Universidade de São Paulo, onde é professor, desenvolve trabalhos de pesquisa sobre direitos humanos.

Assim, a CTV é, historicamente, uma referência na formação de recursos humanos com capacidade técnica para atuar na proteção dos direitos humanos. Apesar de a sua esfera de influência ter decaído nos últimos anos, contando inclusive com uma redução da visibilidade que vem tendo, o seu papel histórico é decisivo conforme as relações estabelecidas acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, 2005.

ADORNO, Sérgio. Direitos humanos. In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2009.

_____. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos**, n. 86, 2010.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford: uma parceria para a mudança social**. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Fundação Ford, 2002.

ALVES, José Lindgren. Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena. **Lua Nova**, n. 32, 1994.

_____. **Direitos Humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Da violência*. In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta: a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização**. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative research: recent development in case study research. **Annual Review of Political Science**, v. 9, 2006.

BLATTER, J.; BLUME, T. Co-variation and causal process tracing revisited: clarifying new directions for causal inference and generalization in case study methodology. **Qualitative Methods**, Spring, 2008.

BICUDO, H. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão, 1976.

_____. **Minhas memórias**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRANDÃO, Lucas C.. A luta pela cidadania no Brasil. **Revista Plural**, v. 16, n. 2, 2009.

CALDEIRA, Tereza. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, 2003.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHEVIGNY, Paul. Definindo o papel da polícia na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Democracia, violência e injustiça**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmção histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DORNELLES, J. R. S. **O que são direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ESTEVEZ, Adriana. Por uma conceitualização sociopolítica dos direitos humanos a partir da experiência latino-americana. **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, 2012.

GLENDON, Mary A. **A world made new: Eleanor Roosevelt and Universal Declaration of Human Rights.** Westminster: Random House, 2001.

GÓES, Eda M. **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986.** Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis/Unesp, 1991.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência. **Cebrap.** São Paulo, n. 18, set. 1987.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERNADEZ, Matheus de Carvalho. **Os direitos humanos como temática global e a soberania no sistema internacional pós-Guerra Fria: a Conferência de Viena.** Marília. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp-Marília, 2010.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

KOERNER, A. Ordem política e sujeito de direito no debate sobre direitos humanos. **Lua Nova**, n. 57, 2002.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LIMA, Jorge da Cunha. A vida pública de um político ético. In: **Franco Montoro: ensaio introdutório e seleção de textos por Jorge da Cunha Lima.** Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2009.

LOCHE, Adriana. **Direitos humanos e democracia no Brasil e na Argentina – um estudo de caso: Centro Santo Dias e Centro de Estudios Legales y Sociales.** São Paulo. Dissertação (Mestrado em integração da América Latina). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2003.

LYRA, Diogo A. **Relatório RIO: violência policial e insegurança pública**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004.

MANTONI, Frédérique; POUPEAU, Franck. O capital militante: uma tentativa de definição. **Revista Plural**, n. 13, 2006.

MARTINS, Heloisa. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, 2004.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências**: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2006.

MICHILES, Carlos et al. **Cidadão constituinte**: a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAES, Mário Sérgio de. **O ocaso da ditadura**: o caso Herzog. São Paulo: Barcarolla, 2006.

OLIVEIRA, Luciano. **Imagens da democracia**: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil. Recife: Pindorama, 1995.

PAOLI, Maria Célia. Violência e espaço civil. In: PAOLI, Maria Célia et al. (Org.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, P. S. **Escritos indignados**: polícia, prisões e política no Estado autoritário. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. O Estado de Direito e os não privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Democracia, violência e injustiça**: o não Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. O passado não está morto: nem passado é ainda. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy; POPOVIC, Malak (Org.). **Continuidade**

autoritária e construção da democracia (Projeto Integrado de Pesquisa). São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down000.pdf>>.

PINHEIRO, P. S.; BRAUN, E. **Democracia x violência**: reflexões para a constituinte – Comissão Teotônio Vilela. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PINHEIRO, P. S.; MESQUITA NETO, Paulo. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, 1997.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

QUARTIN DE MORAES, João. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social**, v. 1, n. 2, 1989.

REIS, Rossana Rocha. Os direitos humanos e a política internacional. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, 2006.

_____. América Latina e os direitos humanos. **Contemporânea**, n. 2, 2011.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

_____. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, p. 72-90, 2007.

SANTOS, Cecília Macdowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 7, 2007.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, 1989.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, Luís Antônio F.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Participação política e organizações da sociedade civil em novas democracias. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 1, n. 5, 2001.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao estado de exceção**: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2006.

VASCONCELOS, Francisco Thiago R. **Violência e academia**: a construção político-intelectual do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP).. Dissertação (Mestrado em sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC. Fortaleza, 2009.

_____. A sociologia da violência em São Paulo: a formação de um campo em meio à fragmentação de uma intelligentsia na transição democrática. **Contemporânea**, n. 1, 2011.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, 1999a. v. 1.

_____. Sociologia do direito. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, 1999b. v. 2.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2004.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Revista Tempo Social**, São Paulo, 9(1), p. 5-41, maio 1997.

Fontes

ARQUIVOS DA COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Frente vistoria presídios do Vale do Paraíba e Litoral Norte. *Alesp*. São Paulo, 11 mar. 2009.

COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA. Disponível em: <www.ctvdh.org>.

FGV-CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, p. 2585-2588; 5626-5628; 6087-6089, 2001.

FERNANDO, Porfírio. Justiça manda a júri policiais denunciados há 23 anos. **Revista Conjur – Consultor Jurídico**, São Paulo, 2 mar. 2006.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Police brutality in urban Brazil**. Human Rights Watch, 1997.

IBGE, IPEA, ABONG e GIFE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2002. **Estudos e Perspectivas – Informação Econômica**, Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IBGE, n. 4, 2004.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB. **A defesa do Estado democrático de Direito**. Disponível em: <www.oab.org.br>. Acesso em: 5 abr. 2009.

RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO TEOTÔNIO VILELA. **Folha de S. Paulo**.